Estudos da CNBB - 107

Coleção **Estudos da CNBB**

96 - Deixai-vos Reconciliar

97 - Iniciação à Vida Cristã: Um Processo de Inspiração Catecumenal

98 - Questões de Bioética

99 - Igreja e Questão Agrária no início do Século XXI

100 - Missionários(as) para a amazônia

101 - A Comunicação na vida e missão da Igreja no Brasil

102 - O segmento de Jesus Cristo e a Ação Evangelizadora no Âmbito Universitário

103 - Pastoral Juvenil no Brasil - Identidade e Horizontes

104 - Comunidade de Comunidades: Uma nova Paróquia

105 - A Igreja e as Comunidades Quilombolas

106 - Orientações para projeto e construção de Igrejas e disposição do Espaço Celebrativo

107 - Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade

CNBB

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

CRISTÃOS LEIGOS E LEIGAS NA IGREJA E NA SOCIEDADE

Sal da Terra e Luz do Mundo

(cf. Mt 5,13-14)

52ª Assembleia Geral
Aparecida - SP, 30 de abril a 9 de maio de 2014

EDIÇÕES CNBB

Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade

Sal da Terra e Luz do Mundo (cf. Mt 5,13-14)

1ª Edição - 2014

Diretor Editorial:
Mons. Jamil Alves de Souza

Revisão:
Antonio Bicarato

Projeto Gráfico, Capa:
Edições CNBB

Diagramação:
Henrique Billygran da Silva Santos

C748c Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade – Sal da Terra e Luz do Mundo (cf. Mt 5,13-14). Edições CNBB. 2013.

132 p. : 14 x 21 cm
ISBN: 978-85-7972-335-3

1. Carta Encíclica – Desenvolvimento Humano – Caridade – Leigos e Leigas – Igreja;
2. Bento XVI – Mensagem – Ação Católica – Desdobramento – Reflexão – Vocação;
3. Documentos Pontifícios – Organização – Cristãos – Luz – Exortação Christifideles;
4. Episcopado Latino Americano Santo domingo – Documento – Aparecida – Leigos;
5. Diretrizes – Pastoral – Comunhão – Missão – Igreja – Povos – Evangelização – Brasil;
6. Assembleia Geral CNBB – Direito Canônico – Compêndio do Vaticano II – Ministérios.

CDU: 260.2

Edições CNBB
SE/Sul Quadra 801 - Cj. B - CEP 70200-014
Fone: (61) 2193-3019 - Fax: (61) 2193-3001
E-mail: vendas@edicoescnbb.com.br
www.edicoescnbb.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

"Todos nós fomos batizados no mesmo Espírito,
para formarmos um só corpo".
(1Cor 12,13)

A Igreja é Povo de Deus! É um todo, não segundo a carne, mas no Espírito Santo (cf. LG, n. 9). O Povo onde todos os membros visibilizam a "comunidade de fé, esperança e amor, por meio da qual difunde em todos a verdade e a graça" (LG, n. 8). Povo de Deus, comunidade, que é a papabilidade do Reino de Deus e o anúncio de sua plena realização.

A Igreja é uma realidade fundada num só Senhor, numa só fé, num só Batismo (Ef 4,5). Assim, "comum é a dignidade dos membros, pela regeneração em Cristo; comum a graça de filhos, comum a vocação à perfeição; uma só salvação, uma só esperança e uma caridade indivisa. Nenhuma desigualdade, portanto, em Cristo e na Igreja, por motivo de raça ou de nação, de condição social ou de sexo, porque 'não há judeu nem grego, escravo nem homem livre, homem nem mulher: com efeito, em Cristo Jesus, todos vós sois um' (Gl 3,28; cf. Cl 3,11)" (LG, n. 32).

O Povo sacerdotal é formado pelos discípulos de Cristo que, unidos na oração, na caridade fraterna, na meditação da palavra e na fração do Pão, sabem dar "testemunho de Cristo em toda a parte, e àqueles que pedirem deem a razão da esperança da vida eterna que neles habita (cf. 1Pd 3,15)" (LG, n. 10).

A Igreja vive e é dinamizada por uma variedade de ministérios, carismas e serviços. A Igreja particular visibiliza essa riqueza de dons. Como lembra o Concílio Ecumênico Vaticano II: "o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, embora se diferenciem essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se mutuamente um ao outro; pois um e outro participam, a seu modo, do único sacerdócio de Cristo" (LG, n. 10).

O texto que apresentamos busca retomar e aprofundar a participação dos leigos e leigas na Igreja. Uma Comissão preparou um texto que foi refletido e aprofundado durante a 52ª Assembleia Geral dos Bispos do Brasil-CNBB, celebrada em Aparecida de 30 de abril a 9 de maio do corrente ano. Esse texto recebeu a aprovação para ser um texto de estudo.

Ele agora será estudado nas nossas Igrejas particulares, nas nossas comunidades, grupos e movimentos. Poderemos enviar as nossas contribuições para a Comissão através do endereço eletrônico: *leigos@cnbb.org.br.*

Temos uma participação extraordinária dos leigos na Igreja. Mulheres e homens que ajudam na construção do Reino da verdade e da graça, do amor e da paz; que assumem serviços e ministérios que tornam a Igreja consoladora, samaritana, profética, serviçal, maternal.

Todo o Povo de Deus, leigos, vida consagrada, diáconos, presbíteros e bispos, caminhando para a realização da plenitude do Reino.

Maria, que nos deu Jesus, nos ajude a todos que somos Igreja a darmos à luz Cristo Jesus.

Brasília, 22 de maio de 2014.
Memória de Santa Rita de Cássia

+ Leonardo Ulrich Steiner

Bispo Auxiliar de Brasília
Secretário Geral da CNBB

SIGLAS

AA	*Apostolicam Actuositatem,* Decreto sobre o Apostolado dos Leigos – Concílio Vaticano II.
AC	Ação Católica
AG	*Ad Gentes,* Decreto sobre a Atividade Missionária da Igreja – Concílio Vaticano II.
ANOPD	Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus
CDC	Código de Direito Canônico
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEFEP	Centro Nacional de Fé e Política "Dom Hélder Câmara"
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho
CIgC	Catecismo da Igreja Católica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CND	Comissão Nacional dos Diáconos
CNIS	Conferência Nacional dos Institutos Seculares
CNLB	Conselho Nacional do Laicato do Brasil
CNP	Comissão Nacional dos Presbíteros
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil

ChL	*Christifideles Laici,* Exortação Apostólica Pós-Sinodal do Papa João Paulo II sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo.
CV	*Caritas in Veritate,* Carta Encíclica do Papa Bento XVI sobre o Desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade.
DAp	*Documento de Aparecida,* V Conferência do Episcopado Latino-americano e Caribenho.
DGAE	Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil
DMd	*Documento de Medellín,* II Conferência do Episcopado Latino-americano.
DPb	*Documento de Puebla,* III Conferência do Episcopado Latino-americano.
DSD	*Documento de Santo Domingo,* IV Conferência do Episcopado Latino-americano.
EG	*Evangelii Gaudium,* Exortação Apostólica do Papa Francisco sobre o Anúncio do Evangelho no mundo atual.
EN	*Evangelii Nuntiandi,* Exortação Apostólica de Paulo VI sobre a Evangelização no mundo contemporâneo.
GS	*Gaudium et Spes,* Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo atual – Concílio Vaticano II.
JAC	*Juventude Agrária Católica*
JEC	*Juventude Estudantil Católica*
JIC	*Juventude Independente Católica*
JOC	*Juventude Operária Católica*
JUC	*Juventude Universitária Católica*
LG	*Lumen Gentium,* Constituição Dogmática sobre a Igreja - Concílio Vaticano II.

MM	*Mater et Magistra,* Encíclica do Papa João XXIII sobre Evolução da Questão Social à Luz da Doutrina Cristã.
NMI	*Novo Millenio Ineunte,* Carta Apostólica do Papa João Paulo II no início do Novo Milênio.
PT	*Pacem in Terris,* Encíclica do Papa João XXIII sobre a Paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade.
RH	*Redemptor Hominis,* Encíclica do Papa João Paulo II sobre o Redentor do Homem, Jesus Cristo.
SC	*Sacrosanctum Concilium,* Constituição sobre a Sagrada Liturgia – Concílio Vaticano II
SD	*Salvifici Doloris,* Carta Apostólica do Papa João Paulo II sobre o sentido cristão do sofrimento humano.
SNALE	Secretariado Nacional do Apostolado Leigo
UR	*Unitatis Redintegratio*, Decreto sobre o Ecumenismo – Concílio Vaticano II.
UUS	*Ut Unum Sint*, Encíclica do Papa João Paulo II sobre o empenho ecumênico.
VC	*Vita Consecrata,* Exortação Apostólica do Papa João II sobre a Vida Consagrada e sua missão na Igreja e no mundo.

INTRODUÇÃO

1. Marco histórico-eclesial dos leigos e leigas

1. Encontramo-nos às portas da celebração dos 50 anos de encerramento do Concílio Ecumênico Vaticano II. Esse “novo Pentecostes” da Igreja continua vivo e impulsiona os discípulos e discípulas de Jesus Cristo na busca de seus lugares de servidores e servidoras do outro, particularmente do mais necessitado. As renovações eclesiológicas conciliares compreenderam o leigo plenamente como Igreja e não como um fiel de pertença menor ou inferior, ou mesmo alguém a quem faltasse algo em termos de dignidade cristã. A maravilhosa “teoria” do laicato (cf. ChL, n. 2), proposta pelo Concílio, continua buscando as condições e os meios de ser praticada em toda a sua profundidade e extensão. Nessa data áurea é necessário recorrermos ao espírito e à letra das orientações conciliares para deles retirar não somente um conteúdo normativo, mas, antes de tudo, a seiva viva que nos oriente como sujeitos cristãos no mundo e na Igreja. Como frutos da “flor de inesperada primavera” (João XXIII), a Igreja nos ofereceu diretrizes teóricas e práticas sobre o significado positivo do cristão leigo, superando qualquer interpretação que o coloque

como cidadão cristão de segunda categoria dentro e fora da Igreja.

2. Entre essas diretrizes nos é oportuno revisitar e celebrar os 25 anos da Exortação Pós-sinodal *Christifideles laici*. As orientações sobre o laicato, aí presentes, além de oferecerem uma leitura sobre as orientações do Vaticano II a respeito do laicato naquele contexto, retomam e afirmam o significado positivo dos fiéis leigos como Povo de Deus: sujeitos ativos na Igreja e no mundo (cf. ChL, n. 42 e 59). Devemos acrescentar também nessa retomada histórica o *Documento 62* da CNBB, que completa 15 anos. Ele ofereceu e oferece à Igreja do Brasil discernimentos e orientações sobre o laicato na chave da teologia e da organização dos ministérios (cf. Doc. 62, n. 80-93). Esses marcos expressam o pensamento da Igreja sobre os cristãos leigos, bem como a prática deles na Igreja e no mundo, pois cada qual, segundo sua natureza e abrangência, ainda tem muito a dizer para nossos dias. A recente Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, do Papa Francisco, lança um vigoroso chamado para que todo o Povo de Deus *saia* para evangelizar; toda a Igreja é convidada a *sair* agora para o encontro com Cristo vivo e com os irmãos em um mundo que clama por vida. A Igreja, na sua imensa maioria composta de cristãos leigos, ainda não reconhece ou até mesmo esconde a vitalidade e o compromisso deles na vida e na missão do povo de Deus inserido no mundo e enviado a anunciar o Reino (cf. EG, n. 102).

2. O mundo na Igreja e a Igreja no mundo

3. O mundo e também a Igreja modificaram suas fisionomias e dinâmicas no decorrer dos anos que sucederam ao

grande evento conciliar. O mundo com o qual dialogou o Concílio, configurado pela chamada modernidade, mostra hoje os frutos dessa época, nos aspectos positivos e negativos. A produção e o consumo, as tecnologias e a comunicação, a cultura e as relações sociais estão planetariamente conectadas. As vidas individual e familiar, assim como a vida das comunidades locais, reproduzem cada vez mais em seus valores e práticas os padrões mundiais. Nesse sentido, somos todos cada vez mais iguais. Por outro lado, o indivíduo se torna o centro de todas essas relações e, fechado em si mesmo, dispensa os valores que afirmam os direitos do outro, sobretudo dos mais fracos. O individualismo é origem de prazer e de tristeza (cf. EG, n. 2); constitui um absoluto a partir do qual tudo se edifica: as práticas de consumo e as práticas sociais, os usos das tecnologias e os valores morais. Na verdade, bem-estar e mal-estar constituem dois lados desse sistema comum e, muitas vezes, confundem-se do ponto de vista prático e, até mesmo, dos valores que são repassados como normais para o conjunto da sociedade.

4. A Igreja está inserida nessa realidade como sinal de salvação do mundo (*Lumen gentium*) e como servidora da humanidade (*Gaudium et spes*). Esse posicionamento eclesiológico nem sempre acontece na prática. Ora pode reproduzir valores e mecanismos da sociedade individualista, ora se refugiar em seus grupos na busca de uma tábua de salvação perante o relativismo e o laicismo que vigoram na sociedade. Nesse contexto, o leigo nem sempre recebe e acolhe seu significado teológico e prático como sujeito eclesial consciente, livre e ativo, que deve atuar na Igreja e no mundo (cf. ChL, n. 59) sem contrapor essas duas realidades. De fato, a dicotomia Igreja-mundo persiste, muitas

vezes, como posicionamento tanto daqueles que dispensam a Igreja na hora de viver como sujeito social e político, quanto dos que dispensam o mundo nas vivências e atuações no interior da Igreja. Certamente, a condição leiga oferece um caminho natural de superação desses antagonismos, na medida em que esse segmento eclesial se encontra de algum modo inserido nas estruturas que edificam e fazem funcionar o sistema de vida mundializado em todos os seus aspectos.

5. O Vaticano II ofereceu orientações teológicas e pastorais que visaram precisamente superar as distâncias e as oposições há muito consolidadas entre a Igreja e o mundo. O propósito de *aggiornamento*, que nasceu da intuição e dos encaminhamentos do Papa João XXIII e orientou os debates e decisões conciliares, possibilitou a elaboração de uma nova compreensão da Igreja, do mundo e da relação entre as duas realidades. O Povo de Deus, condição comum de todos os batizados, constitui a Igreja como sacramento do Reino de Deus no mundo. No mundo e na Igreja, o mesmo Povo vive sua dignidade e exerce sua missão (cf. ChL, n. 15). Assim sendo, o leigo já não constitui um segmento ou mero braço da hierarquia no mundo, como era visto anteriormente, mas um sujeito eclesial que realiza, em sua condição e missão próprias, o tríplice múnus de Jesus Cristo sacerdote, rei e pastor (cf. LG, n. 31.34-36). Com efeito, o Concílio quis, de fato, uma Igreja presente no mundo; quis falar aos homens e mulheres concretos de suas angústias e esperanças; dirigiu-se a uma sociedade em rápidas e dramáticas mudanças; comunicou a todos, sem distinção, uma mensagem de fraternidade e de paz. Se a sociedade, com a qual dialogou o Concílio, já não é mais a mesma, impõem-se como

fato e missão as grandezas do Evangelho (como *querigma* sempre atual a ser vivido-anunciado), do mundo (como realidade criada por Deus que tem o ser humano como seu sujeito) e da Igreja (sinal e instrumento da salvação de Deus no mundo). Promover a interação dessas realidades constitui, certamente, o desafio atual e de sempre, e foi o que o próprio Concílio fez e propôs que a Igreja fizesse em cada contexto e geração.

3. Povo de Deus em missão: diálogo e serviço

6. A leitura da realidade, a partir da fé, permanece como um legado fundamental do Concílio. Toda a Igreja é chamada a ler os sinais dos tempos. Esse espírito e "método" conciliares fazem que a Igreja, pensada e sugerida pelos padres conciliares, permaneça sempre atual, não obstante as mudanças históricas. Com essa regra, a Igreja concretiza sua missão na medida em que é empática, acolhedora e solidária com a humanidade, ou seja, com as pessoas e as sociedades concretas. No mundo em transformação, marcado sempre por ambiguidades, a Igreja deve ler permanentemente os sinais dos tempos para poder exercer sua missão como discípula fiel do Senhor da história.

7. A missão evangelizadora se faz no diálogo com as realidades concretas em que a Igreja se encontra inserida. Ressoa em nossos ouvidos o mandato conciliar: "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo" (GS, n. 1). Não se trata de uma norma, mas de uma postura que exige conversão permanente dos sujeitos cristãos, em cada tempo e realidade. Ser discípulo

é estar *em saída* de si mesmo na busca do outro, ensina-nos o Papa Francisco. Tal saída não dissocia o encontro com Cristo e com o outro. Trata-se de uma mesma empatia e de um mesmo encontro que realiza a missão encarnatória da Igreja na história (cf. EG, n. 115). Essa cultura do encontro e da solidariedade constitui o antídoto à cultura individualista hoje reinante, assim como o caminho para a renovação missionária da Igreja com todos os seus sujeitos e estruturas.

8. A *alegria do Evangelho* não é nem uma ideia nem um estado de bem-estar individual, mas um encontro real com Jesus Cristo na vida do irmão (cf. EG, n. 127-128). A partir desse encontro, a Igreja exerce sua missão e constrói a si mesma em suas estruturas e em seus objetivos e estratégias. Todos são chamados a vivenciar esse encontro e comunicá-lo por gestos e palavras. Quem realiza esse encontro se torna apto a evangelizar. Jesus ressuscitado envia a todos pela força de seu Espírito; impele-os a sair de si, na direção do outro, para construir com Ele uma comunidade de amor e uma sociedade fraterna e solidária. Os serviços e ministérios, que cada cristão exerce na Igreja e como Igreja, são respostas aos dons que cada qual recebe do Espírito do Ressuscitado e que visam à construção da comunhão na diversidade, da vida comum na liberdade, da relação fraterna entre as diferenças. É dessa escola de liberdade e fraternidade que todo cristão sai para a construção do Reino, nas várias realidades, por meio do diálogo com as muitas diferenças que hoje compõem o mundo globalizado, e na luta pelos direitos comuns de todos, homens e mulheres.

9. Com toda a Igreja, o laicato está em saída para a missão evangelizadora. Essa convocação implica conversão e

aprendizado; conversão que significa romper com as estruturas que impedem o dinamismo do anúncio, sejam as estruturas internas que nos fecham nos mundanismos da vaidade e da prepotência ou do comodismo e do hedonismo religioso, sejam as estruturas organizacionais que nos consomem em suas regras e nos fecham em grupos de afinidades pouco operantes. O leigo em saída é a Igreja referenciada pelo Reino e direcionada para o mundo, onde deve se encarnar como fermento na massa, sal da terra e testemunha como luz.

4. O cristão leigo numa Igreja "em saída"

10. O "sujeito eclesial" (DAp, n. 497) se define pela consciência de ser Igreja e não somente de pertencer à Igreja, pela experiência de autonomia e corresponsabilidade na comunidade de fé e pela ação na Igreja e no mundo, independentemente do ministério que exerce na comunidade e da diversidade de carismas. A condição de sujeito eclesial nega tanto o individualismo, que reduz o cristão ao fechamento em si mesmo, ainda que em nome de experiências espirituais, quanto os comunitarismos, que dispensam a liberdade e a maturidade cristã em nome da segurança e da disciplina eclesiástica (cf. EG, n. 94-95). Cada batizado é portador da graça e da tarefa de identificar-se com a pessoa e o projeto de Jesus Cristo, em sua labuta diária nas atitudes e ações mais rotineiras, assim como em suas ações transformadoras realizadas em nível local ou global.

11. Os(as) cristãos(ãs) leigos(as) vivem inseridos, de modo direto, na construção da vida social, ainda que essa seja uma tarefa complexa. A busca do mundo novo é um horizonte inesgotável, uma reserva para a qual todo cristão

dirige seu olhar e submete suas ações. Não pode haver para o cristão nenhum "bem-estar" – como o comodismo perante os prazeres individuais efêmeros – assim como nenhum "mal estar" que conclua o fim da história. A fé, a esperança e a caridade colocam o sujeito cristão em ação permanente na busca do mundo justo e fraterno que tem sua fonte e fim no próprio plano de Deus. Para além do bem e do mal, presentes de modo muitas vezes dramático na história em que vivemos, a comunhão plena com Deus nos atrai como meta maior. Por esse horizonte e por essa causa somos todos peregrinos e concretizamos sempre o plano de Deus na história (cf. LG, n. 48). O mundo "deve ser transformado segundo o plano de Deus em ordem ao advento do Reino de Deus" (ChL, n. 1). A esperança nos move e o amor nos faz semelhantes a Deus em cada gesto que acolhe e inclui o outro em nossa vida, particularmente o outro excluído que clama por nossa solidariedade. A ação do leigo, no mundo, movida pelo Espírito, é uma ação que santifica a Igreja e o próprio mundo, na medida em que constrói, ainda que muitas vezes de forma quase imperceptível, o Reino de Deus, que é semelhante a um grão de mostarda (Mc 4,30-32).

12. A Igreja vive hoje um clima de renovação nos propósitos e nas estratégias de evangelização. O Papa Francisco reafirma e convoca os leigos para a consciência de sua pertença eclesial e de sua missão na Igreja e no mundo. Para a missão de anunciar o Reino de Deus, todos são convocados, dos mais instruídos aos mais simples, independentemente da função que ocupam; todos são, pelo batismo, sujeitos ativos de evangelização e possuem a sabedoria do Espírito que os guia na verdade (cf. EG, n. 119-120). Portanto, "a evangelização é dever da Igreja. Este sujeito da

evangelização, porém, é mais que uma instituição orgânica e hierárquica; é, antes de tudo, um povo peregrino para Deus" (EG, n. 111). A Igreja, feita em sua maioria de leigos, ainda não vive essa realidade devido ao clericalismo que persiste e também devido à falta de consciência do próprio laicato. Por outro lado, muitos leigos persistem em ações internas na Igreja, "sem um empenhamento real pela aplicação do Evangelho na transformação da sociedade" (EG, n. 102). O conjunto do Povo de Deus é um sujeito evangelizador que, em comunidade, cresce mutuamente na sabedoria e no empenho do anúncio da Boa Noticia do Reino de Deus aqui e agora.

5. Perspectiva do documento: cristão leigo como sujeito eclesial

13. O presente documento pretende animar leigos e leigas a se compreenderem e atuarem como sujeitos eclesiais nas diversas realidades em que se encontram inseridos. Dá especial ênfase a uma necessária superação do clericalismo, do individualismo (fechamento em si mesmo) e do comunitarismo (fechamento em grupos). A noção e a perspectiva do sujeito eclesial perpassam as três partes do documento, que segue o método ver-julgar-agir. Sujeito eclesial não é uma realidade pronta, mas um dom que se faz tarefa permanente para toda a Igreja, em sua missão evangelizadora.

CAPÍTULO I

O MUNDO ATUAL: ESPERANÇAS E ANGÚSTIAS

1. A inserção e o discernimento dos cristãos no mundo

14. O mundo é o lugar da ação consciente, autônoma e criativa do cristão. A negação dessa realidade constitui uma alienação da condição fundamental e histórica do ser humano (ser necessariamente constituído, situado e afetado pelo mundo material e social em que vive) e, ao mesmo tempo, uma fuga da condição de discípulos missionários de Jesus Cristo: enviados a anunciar a Boa Notícia da salvação a todos os povos de todos os tempos. O ser humano não somente está no mundo, mas *é mundo*, na medida em que o faz e por ele é feito, em cada tempo e lugar concretos. A condição cristã afirma esse dado quando entende que nos inserimos em Jesus Cristo com nossa realidade concreta – ser humano todo, com todas as dimensões – e com nossa humanidade, que nos vincula a todos os seres humanos e a todo o cosmo. Nosso vínculo a Jesus Cristo, Deus encarnado, se faz com

tudo o que somos no mundo e com o mundo. Na condição de Povo de Deus, cada cristão participa da história humana como sinal de salvação pelo testemunho e pela ação, como sujeito que exerce sua missão como Igreja na sociedade.

15. Na perspectiva cristã, o mundo é uma grandeza material-espiritual. Entender o mundo nesse duplo aspecto exige simultaneamente o olhar da fé e da razão, o olhar sobre o que ele é – suas estruturas e seu modo de funcionamento – e o que ele pode ser: sua dimensão de graça oferecida por Deus por meio de Jesus Cristo e de seu Espírito. Discernir o mundo significa, portanto, saber ler em suas conjunturas e realizações concretas aquilo que pode ser a favor ou contra o projeto de Deus, presente na história, do qual somos todos protagonistas na condição de cristãos. O discernimento acontece como compreensão e como comprometimento com o mundo, o que se faz com o auxílio das ciências e com a luz da fé. O Vaticano II ensina que a Igreja deve perscrutar os sinais dos tempos para poder responder de maneira lúcida e coerente às interrogações humanas de cada geração. É necessário "conhecer e compreender o mundo no qual vivemos, suas esperanças, suas aspirações e sua índole frequentemente dramática" (GS, n. 4). Esse discernimento, que deve ser feito por todo o Povo de Deus, significa encontrar na trama concreta da história, vivenciada por toda a humanidade, o desígnio de Deus e, dentro dessa condição concreta, buscar a realização da vocação integral do ser humano, as soluções plenamente humanas (cf. GS, n. 11). Para discernir a realidade e fecundá-la com o Evangelho, a Igreja deve contar ainda com as ciências que conhecem as "mentalidades" de cada época, o que contribui com a compreensão mais profunda da própria verdade revelada (cf. GS, n. 44).

16. O cristão é chamado a viver como sujeito no mundo de forma consciente, autônoma e ativa. A tomada de consciência da realidade em que se encontra inserido é tarefa que vem da própria fé que busca os caminhos de identificação com o Cristo encarnado na história (cf. EG, n. 24). Portanto, precisamente por ser sujeito eclesial, todo cristão é sujeito histórico: é membro do Corpo de Cristo e participa de seu múnus de reger o mundo (cf. LG, n. 36d; AA 2b). Pertencer à Igreja é pertencer a uma comunidade em missão, que tem sua razão de ser na busca do Reino de Deus nas condições concretas em que vivemos em cada tempo e lugar. A Igreja é uma comunidade humana, feita ao mesmo tempo de carne e de espírito; é carisma que vem do Espírito e se concretiza na organização de sujeitos e funções; é Povo de Deus que se organiza para a missão na vinha do Senhor (cf. ChL, n. 2). É nessa hora atual – aqui e agora – que todo cristão é chamado a agir como membro do Corpo de Cristo que se encarna na história.

17. A compreensão do mundo de hoje é um grande desafio. Os variados veículos de comunicação conectam os indivíduos e povos aos fatos e às interpretações que acontecem em tempo real nos quatro cantos do planeta. Os mecanismos dessa sociedade, porém, muitas vezes ocultam as verdadeiras causas e finalidades das decisões que geram os fatos econômicos, sociais, políticos e culturais. O saber ler os sinais dos tempos é uma tarefa educativa fundamental para a vida cristã, para que a *palavra do mundo* não absorva, em sua dinâmica, a *Palavra de Deus* e a transforme em mais um elemento dos "valores centrais" que comunica, cuja finalidade está na recepção isolada e passiva "desses valores" pelo indivíduo.

18. A Palavra de Deus é anúncio de que o mundo deve ser construído segundo o desígnio de Deus para toda a criação, para todos os povos e para cada ser humano. Ela guia cada fiel cristão a buscar as formas de traduzi-la em palavras humanas de modo claro e, sobretudo, a transformá-la em projeto de vida; guia igualmente para que cada qual possa desmascarar os falsos discursos e promessas que pretendem ser “palavra de Deus”. O cristão afirma o Deus da vida e nega todas as formas de idolatria que hoje ocupam de modo sorrateiro e atraente o centro da vida humana (cf. EG, n. 55). No discernimento do mundo, o mais difícil é enxergar e negar os males invisíveis e travestidos de bem, e não tanto os males visíveis. Hoje, nos deparamos com o grande desafio de detectar as causas escondidas dos valores e das regras que predominam na sociedade de um modo geral, para além de seu bom funcionamento e de suas seduções.

19. O Vaticano II já mencionava as rápidas transformações pelas quais o mundo da época passava com o processo de modernização (cf. GS, n. 4-10). Essas transformações adquirem hoje dimensões e dinamismos surpreendentes, que se mostram ao mesmo tempo a favor e contra o ser humano. As angústias e as esperanças têm novas fisionomias e desafiam a misericórdia cristã a enxergá-las de modo lúcido e solidário. A indiferença constitui o maior pecado de nossos dias (cf. Teresa de Calcutá) e, muitas vezes, pode ser afirmada em nome de espiritualidades intimistas ou de vivências comunitárias isoladas do mundo. As ofertas incessantes de bem-estar, advindas da cultura de consumo, atraem a todos como boa nova de felicidade, e criam progressivamente um modo de vida que encaixa de maneira eficiente os mecanismos de produção do

mercado com os mecanismos do desejo humano, ambos numa sequência de oferta e busca de satisfação incessantes. A felicidade se encarna na imanência do consumo-satisfação e aí se refaz como promessa contraditória de um novo que envelhece rapidamente, mas que se apresenta como plenitude.

2. O mundo globalizado

20. Vivemos no mundo definitivamente globalizado. As produções materiais e simbólicas se dão em escala mundial em seus mecanismos de produção, circulação e divulgação. Já não se pode mais localizar qualquer comportamento e atividade humana, individual ou coletiva, como coisas isoladas do resto do planeta, ainda que seja executada por indivíduos e grupos específicos. Tudo aquilo que comemos, que vestimos, que conhecemos e valorizamos está de alguma forma conectado planetariamente. Não se trata de uma conexão conceitual ou ideal, mas de uma rede mundial que integra em maior ou menor profundidade e extensão as instituições e os mecanismos econômicos, políticos e culturais de produção e circulação de todos os produtos. Trata-se de um sistema estruturado a partir de algumas bases fundamentais:

a. *As tecnologias* que fornecem o suporte permanente para garantir a eficiência da produção, da circulação e da oferta dos produtos. As tecnologias de comunicação permitem, por sua vez, a operação das aplicações financeiras em escala mundial e, ao mesmo tempo, a oferta de produtos de modo ágil e convincente a cada consumidor.

b. *A organização financeira* do mercado que rege em escala mundial a geração de riquezas por parte das empresas

e dos empresários, que comandam a produção e o comércio. Trata-se de uma corporação do lucro desterritorializada, com poderes próprios, que funciona acima das economias locais e dos Estados, como força autônoma, transcendente e onipotente, capaz de determinar com sua lógica os destinos de povos e nações.

c. *O sistema social* que é organizado a partir de tecnologias, produtos e serviços que funcionam, por sua vez, de modo eficiente e dispensam a pergunta pelos sujeitos e processos que estão por debaixo de seus efeitos diariamente utilizados pelos indivíduos e povos. Este sistema pressupõe a confiança de seus usuários rotineiros, exige garantias do Estado de direito e de bem-estar e se dinamiza a partir do mercado que renova incessantemente suas ofertas de produtos e serviços.

d. *A cidade* que se afirma como organização sócio-espacial predominante em todos os cantos do planeta e que constitui a base a partir da qual são formadas as redes de produção, distribuição e consumo de produtos de todas as naturezas, as redes de tecnologias de informação, assim como as redes de comunicação. Partindo das grandes cidades mundiais, passando pelas metrópoles nacionais e regionais, até atingir os centros médios e pequenos, essas grandes redes formam um sistema que, regido pelo capital financeiro e alimentado pelo consumo, possibilita a circulação instantânea das informações. A chamada cultura urbana é o modo de vida que se produz nesses espaços e a partir deles se expande, sobrepondo-se ou suprimindo as sociedades-culturas locais.

e. *A cultura urbana*, em sua essência uma cultura de consumo, centrada na oferta de produtos sempre mais

individualizados, que inclui de modo desigual todos os indivíduos nas ofertas do mercado de produtos das mais diversas naturezas e faz do ato de consumir um valor almejado por todos como condição de socialização, cidadania e felicidade individual.

f. *A sociedade da informação* que disponibiliza volumes fabulosos de todos os tipos de conteúdos informacionais e opera por meio de fluxos ágeis que permitem a conexão entre as pessoas em tempo real e sem limite de distância. Essa sociedade prima-se, no entanto, pela quantidade da informação oferecida e pelo anonimato dos sujeitos, em detrimento da veracidade do dado comunicado e da autenticidade dos sujeitos.

21. Esse mundo globalizado trouxe e traz inegáveis facilidades e possibilidades de melhoria nas condições de vida e nas relações humanas. As tecnologias avançadas oferecem, a cada dia, novos domínios sobre os aspectos macro e micro da vida que revelam a grandeza criadora do ser humano e as possibilidades reais de uma sociedade de vida mais plena para todos. Ele traz, inegavelmente, facilidades e satisfações, tanto em bem-estar real, que permite mais do que nunca maior acesso às necessidades básicas, quanto em bem-estar ilusório, que excita as satisfações humanas e faz com que as pessoas se iludam com as felicidades momentâneas.

22. No entanto, esse mundo configura-se efetivamente como um sistema de vida ambíguo, se olhado do ponto de vista da igualdade social e da liberdade humana, tanto na perspectiva das ciências humanas, quanto na perspectiva da fé. A visão integral do ser humano detecta, em meio à grande eficiência da sociedade atual, déficits em relação

ao que se entende como direitos comuns dos indivíduos, dos povos e nações, bem como em relação ao que permite a cada um viver a verdadeira felicidade. O desafio cristão será, sempre, viver no mundo sem ser do mundo, discernir e ficar com o que é bom; construir o tempo presente, na perspectiva do Reino que já está entre nós, mas que sempre há de vir como graça que não se esgota em nenhuma das conjunturas históricas.

3. Características do mundo globalizado

23. Até bem pouco, o mundo globalizado era entendido corretamente como uma questão macroeconômica, um sistema anônimo que regia as riquezas do planeta a partir das grandes corporações e das potências econômicas. Hoje, é preciso dizer que esse regime incluiu em sua lógica o indivíduo, ou, em termos mais precisos, o desejo humano que busca satisfação nas práticas de consumo. Vivemos um encaixe "eficiente" do mercado financeiro com a produção industrial e o mercado consumidor. A oferta de produtos que se renovam atende o desejo humano que também se renova. Para tanto, os produtos, que caducam-renovam em ritmo acelerado, são cada vez mais individualizados e prometem satisfazer às necessidades-desejos humanos. A alma do mercado entra na alma humana, criando um círculo virtuoso-vicioso – a depender do modo como se avalia – que inclui de maneira perversa as mais diferentes condições de vida coletiva e individual. Esse é o ápice do processo da mundialização econômica: o consumo se torna o modo de vida comum cada vez mais universalizado.

24. Trata-se de um modo de produzir que se torna costume e norma e que opera a partir de uma lógica individualista:

a busca de maior bem-estar com o menor esforço, seja por parte daqueles que detêm o domínio das riquezas e da produção, seja daqueles que, na outra ponta do mercado, vivenciam o consumo como razão de viver. Essa lógica funciona como:

a. Satisfação individual e indiferença pelo outro: a oferta de satisfação individual dispensa a relação com o outro como imperativo ético, e naturaliza a indiferença em relação às necessidades e direitos do outro.

b. Supremacia do desejo em relação às necessidades: o desejo satisfeito se identifica com necessidade e dispensa o discernimento daquilo que é necessidade básica e o que é complementar ou supérfluo.

c. Predomínio da aparência em relação à realidade: a linguagem estética que oferece felicidade, pela via da beleza nos diferentes produtos, dispensa a pergunta ética pela veracidade e pela bondade real das coisas que são adquiridas.

d. Inclusão perversa: todos os indivíduos são incluídos no mercado dos produtos novos e bons que oferecem, com suas marcas, não somente a felicidade, mas também status social, na medida em que tornam todos “iguais” e escondem sob essa igualdade as diferentes posições sociais.

e. Falsa satisfação: os produtos que oferecem bem-estar e felicidade são por si mesmos efêmeros, como são os desejos humanos jamais satisfeitos plenamente. Nesse sentido, trata-se de uma oferta que não realiza o que promete ao sustentar a última promessa como plena e definitiva, até que se dissolva e ceda lugar a outra, com um novo produto e um novo desejo.

25. Na medida em que este sistema se torna um modo de vida que se expande por todo o mundo, ele tende a ser assimilado como algo normal e bom e a penetrar as ações e os valores humanos de um modo geral. Vivemos hoje inseridos nesse modo de vida. Cada nação e cada indivíduo o reproduzem de certa maneira, ambos buscando os modos de "inclusão" em sua dinâmica, ainda que vivendo de suas migalhas ou de pequena parte de seus benefícios. Com esses parâmetros, podemos olhar para o global e para o local e perceber a lógica mais interna que conduz os processos históricos em nossa realidade mais imediata.

26. Os grandes problemas humanos estão presentes em nível mundial e local e expõem por si mesmos a contradição desse sistema:

    a. A promessa liberal do mundo desenvolvido globalmente tem mostrado seus limites. De dentro do capitalismo mundializado advêm crises que deixam perguntas sobre o modelo como um todo, sobre os blocos econômicos e sobre os processos de desenvolvimento econômico dos chamados países emergentes. Embora as conhecidas geografias da pobreza ainda persistam, sobretudo no sul do planeta, a pobreza e os problemas sociais se espalham por regiões antes consideradas socialmente equilibradas e prósperas. O desemprego, a falta de moradia, a fome e a violência são hoje fatos mundiais que questionam pelos valores que devem reger a organização da economia mundial e expõem a contradição das riquezas concentradas nas mãos de uns poucos, do uso das tecnologias para a produção em grande escala e do mercado financeiro igualmente concentrado.

    b. A busca pelo lucro a todo custo sustenta as corporações econômico-financeiras, rege a produção e o

comércio mundial, seduz as nações e cada indivíduo. A promessa de bem-estar e a defesa de um mercado livre sem intervenções, por parte do Estado, permanecem como base do capitalismo mundial, a despeito das crises que afetam nações e comunidades locais e das múltiplas formas de exclusão que persistem, sobretudo nos países pobres.

c. As consequências ecológicas desse modelo são cada vez mais graves. A poluição atmosférica e o esgotamento de recursos naturais, a devastação das florestas e o uso indiscriminado de agrotóxicos, os resíduos sólidos jogados na natureza e os impactos ambientais das grandes concentrações urbanas revelam a lógica interna de um sistema que gerencia a produção, a distribuição e o consumo com as mais diversas tecnologias, mas se mostra incapaz de gerenciar as suas próprias consequências na perspectiva de um futuro sustentável. O planeta, sistema vivo, encontra-se cada vez mais ameaçado e ainda carece de um regime de gestão global que garanta seu equilíbrio e sobrevivência.

d. A humanidade permanece dividida entre os que têm muito e os que não têm o mínimo para subsistir. Nos países emergentes, a possibilidade de ascensão social, necessária e bem-vinda, pode resultar na corrida individualista pelo bem-estar e pela felicidade plena no consumismo desenfreado, assim como em estratégias de desenvolvimento que focam em critérios eminentemente econômicos. Os que ficam excluídos desse processo muitas vezes se alienam na ilusão do bem-estar, do bem supérfluo, ainda que não possuam o necessário.

e. A busca desenfreada da riqueza, fruto do sistema capitalista, sustenta a corrupção em todos os níveis sociais,

de modo escandaloso nas elites políticas e econômicas, que, produzindo redes mundiais de tráfico de drogas e de tráfico humano, consequentemente impulsionam as mais diversas formas de violência e a moral da permissividade. Nestes processos, a pessoa humana não passa de mercadoria, pois atravessa por diferentes fases de esvaziamento da sua dignidade (cf. EG, n. 53).

f. As concentrações urbanas configuram ocupações territoriais profundamente desiguais, sobretudo nos países pobres e emergentes. A segregação social se institucionaliza como algo legítimo e necessário para a sobrevivência dos grupos sociais. Nas grandes cidades, as áreas nobres se isolam como fortificações, utilizando-se de esquemas de segurança cada vez mais sofisticados, enquanto as áreas pobres constituem redutos carentes de muitos serviços básicos de infraestrutura, de saúde e educação, e terminam por construírem seus próprios mecanismos de sobrevivência, entregues, em muitos casos, aos desmandos do crime organizado e do tráfico. A violência é o grande flagelo que decorre dessa segregação e atinge todos os cidadãos.

g. As relações interpessoais, estabelecidas pelas redes virtuais dispensam, por sua própria dinâmica de funcionamento, posturas sociais, éticas e cristãs fundamentais, como a autenticidade das pessoas, o compromisso comunitário, o respeito e a reputação pessoal, a solidariedade com os mais necessitados, o encontro entre pessoas reais.

27. É preciso dizer *não* a tudo isso, como exorta o Papa Francisco (cf. EG, n. 57-60). O mundo rico e o mundo pobre desejam cada vez mais a felicidade mediante a aquisição

de bens e se lançam nessa busca desigual, porém ilusória para ambos. O mesmo se repete no comportamento individual na busca de satisfação, de status social e de cidadania, mediante a aquisição das marcas que embalam no mesmo pacote cada personalidade.

4. Consequências socioculturais do mundo globalizado

28. A sociedade atual se organiza, portanto, a partir de um aspecto global que inclui sob sua grande extensão as diferenças econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas. São diferenças que vivenciam, por um lado, as mesmas práticas de vida, sobretudo nos modos de consumir os produtos de diversas naturezas. Mas, trata-se de uma sociedade estruturada a partir de um aspecto eminentemente individual, uma sociedade individualizada, como explicam os analistas. Cada um, como centro de escolhas e práticas, se inclui no mercado das ofertas de produtos materiais e simbólicos mundialmente disponíveis. Do ponto de vista das interações sociais, é possível se manter na sua mais reservada intimidade e, sem deslocar-se de seu espaço físico, conectar-se pelas redes virtuais com o outro distante que, por sua vez, se mantém em seu anonimato.

29. Esse modo de socialização enfraquece as relações de mutualidade, de reconhecimento dos direitos alheios e comuns, assim como de comprometimento recíproco. Esse isolamento acontece no espaço doméstico das relações familiares, no espaço público, nas relações anônimas dos pequenos e grandes aglomerados e nas concentrações de massa. Os indivíduos tornam-se o centro receptor dos estímulos, das mensagens e dos valores que são veiculados

por algum emissor presente física ou virtualmente e, ao mesmo tempo, reproduzem essas recepções em suas escolhas, crenças, ações, afetos e relações.

30. De outra parte, no bojo do mesmo processo podem-se verificar formas de reação social na afirmação de identidades grupais, não tanto pela via da organização sociopolítica propriamente dita, mas pela via da etnia, da religião, do gênero ou de outras causas que agregam adeptos de modo duradouro ou momentâneo. Essas tendências de afirmação de identidade buscam reagir à fragmentação individual ou à massificação anônima. Em muitos casos, negam os modos de vida da cultura dominante e se afirmam em valores e padrões resgatados do passado. Situam-se aí grupos variados: os fundamentalistas, as tribos urbanas, as comunidades alternativas e grupos religiosos. Em todos os casos, trata-se de comunidades de resistência que oferecem sentido, "soluções" em nome de valores seguros, tendo em vista a pluralidade e o relativismo dos valores que predominam na sociedade atual.

31. O comportamento uniformizador, autoritário e, em muitos casos, sectário configura comunidades isoladas que podem ser mais adequadamente definidas como *comunitarismo*. Nessa direção, crescem formas mais dispersas de agregação que se manifestam publicamente para protestar contra causas específicas ou contra a ordem instituída. Sem nome e endereço, muitos movimentos revelam modos inéditos de se associarem que desafiam a compreensão dos analistas, as vias convencionais das reivindicações políticas e, até mesmo, os mecanismos instituídos de controle social e de segurança pública.

32. A *re-institucionalização* constitui uma via de afirmação de padrões e valores, sobretudo daqueles tradicionais, como

garantia de segurança e ordem na sociedade plural e desordenada. A retomada da autoridade como fonte de verdade, de organização e de disciplina, a afirmação da lei como único meio de controle social e, muitas vezes, a opção por regimes autoritários constituem estratégias difusas presentes em instituições e grupos na sociedade atual.

33. Essas tendências, ainda que distintas em seus propósitos e em seus modos de relacionamento social, podem conviver e, até mesmo, em muitos aspectos, se fazerem presentes simultaneamente – e contraditoriamente – em indivíduos e grupos. Ainda que estejamos dentro deste fluxo, como observa o Papa Francisco (cf. EG, n. 77), a postura cristã será sempre o *discernimento da realidade e da afirmação criativa* de espaços eclesiais capazes de ensinar a entender o mundo e, a partir daquilo que constitui as bases da fé, sair para a missão.

34. Além dessas tendências mencionadas acima, a pluralidade é outra característica do mundo atual e se torna uma realidade cada vez mais vivenciada em todas as esferas das relações humanas e presente nos valores, nas convicções e práticas. Essa realidade é mais expressiva no ambiente urbano e na cultura midiática, configurados pela mescla de significados antigos e novos, por fenômenos pós e pré-religiosos numa cultura eminentemente pluralista. As religiões tradicionais assistem, perplexas, ao florescimento dos novos movimentos religiosos. De um lado, há o colapso das ideologias tradicionais com o agudo relativismo de valores culturais e religiosos; de outro, o retorno a práticas religiosas tanto na perspectiva novidadeira da cultura atual, quanto na recuperação de um passado que caducou. A sociedade atual se torna, muitas vezes, campo de uma

verdadeira batalha espiritual, misturando o sagrado com ideologias culturais, políticas e econômicas, o que faz, das Igrejas e das religiões, parte do sistema maior, regido, em última instância, pelas escolhas individuais.

5. As tendências eclesiais

35. As práticas eclesiais atuais reproduzem muitas vezes esses processos sociais globais que foram descritos. O individualismo se mostra como atitude que pode perpassar as mais diversas formas de vida, desde as devoções antigas já vivenciadas de modo privatizado pelos fiéis, até as tendências e grupos atuais que se definem e se organizam a partir de experiências espirituais intimistas e individualizantes. Os individualismos religiosos entendem que a fé cristã se concretiza a partir do epicentro do eu que se relaciona com a salvação oferecida por Jesus Cristo, sem a inclusão do outro em sua base de fundamentação e sustentação. As aglomerações religiosas de massa ou, ainda, as vivências cristãs telemidiáticas reproduzem, por sua vez, a tendência social ao anonimato e à massificação, que também dispensam, em sua dinâmica de funcionamento, a vivência comprometida com o outro. Em ambos os casos, impera a experiência individualizante como fundamento e regra da fé, sendo o outro não mais que um apoio colateral. Não faltam também as experiências de comunitarismo religioso de característica fundamentalista e sectária que, por esse traço, se define em oposição aos demais: como verdadeiros perante os falsos, como salvos perante os não-salvos, como melhores perante os piores.

36. O Papa Francisco definiu essas formas de vivência eclesial como "mundanismo espiritual". São tendências de

reprodução dentro da Igreja daquilo que não pode ser regra de sua vivência necessariamente comunitária, ou seja, fundada no mistério do amor do Deus trinitário e na relação de compromisso com o próximo. Esse mundanismo se esconde "por detrás de aparências de religiosidade e até mesmo de amor à Igreja" e busca "em vez da glória do Senhor, a glória humana e o bem-estar pessoal" (EG, n. 93).

37. Essas formas de vida eclesial equivocadas são tendências que estão relacionadas entre si, explica o Papa, e que repetem hoje tendências antigas do cristianismo. "Uma delas é o fascínio do gnosticismo, uma fé fechada no subjetivismo, em que interessa apenas determinada experiência ou uma série de raciocínios e conhecimentos que supostamente confortam e iluminam, mas, em última instância, a pessoa fica enclausurada na imanência de sua própria razão ou dos seus sentimentos. A outra é o neopelagianismo autorreferencial e prometeico de quem, no fundo, só confia nas suas próprias forças e se sente superior aos outros por cumprir determinadas normas ou por ser irredutivelmente fiel a certo estilo católico próprio do passado. É uma suposta segurança doutrinal ou disciplinar que dá lugar a um elitismo narcisista e autoritário" (cf. EG, n. 94).

38. O clericalismo é a versão religiosa da afirmação do princípio da autoridade exercida pela instituição como o meio de organização de toda a vida social. Ele se estrutura de modo articulado com o individualismo – na passividade de cada indivíduo perante um poder sagrado – e o comunitarismo, que afirma a obediência à norma como regra de comportamento. O clericalismo tem ganhado força na Igreja, no período pós-conciliar, encarnando e reproduzindo, na verdade, uma prática eclesial pré-conciliar que define a Igreja como hierarquia e o leigo como um consumidor religioso

passivo, sem verdadeira cidadania eclesial. A essência do clericalismo consiste na afirmação do serviço eclesial como um poder que pretende dominar todo o espaço da Igreja; entende que a Igreja se constitui a partir de uma hierarquia que monopoliza a graça e se organiza a partir desse epicentro. Dessa postura não está livre nenhum cristão que exerça seu ministério eclesial como domínio e centralização e como uma forma de poder sagrado – segregado – acima dos demais (cf. EG, n. 102-104).

6. Alguns discernimentos necessários

39. Dentro da sociedade global, os grupos e culturas locais, incluindo a Igreja, tendem a reproduzir ou a resistir a seus padrões e valores dominantes. A primeira tendência assimila, de modo consciente ou não, as formas de vivência e de relacionamentos individualistas. A segunda resiste oferecendo a segurança de uma vida comunitária supostamente separada do resto do mundo. A terceira afirma a hierarquia como fonte e centro da vida eclesial. Não se trata de julgar as intenções das pessoas e dos grupos que buscam essas formas de vivenciar a sua fé, mas de perceber suas principais dinâmicas em relação ao que predomina na sociedade, perceber suas consequências e, sobretudo, sua coerência em relação ao que constitui o fundamento da vida cristã na comunidade eclesial.

40. A reprodução do individualismo no âmbito religioso instaura o ciclo da satisfação-consumo como dinâmica da vida espiritual: a busca incessante do maior bem-estar pela experiência estética/extática ou a busca de uma experiência convincente pela via do sobrenatural, que se revela milagrosamente. Essa experiência é que funda a fé

e se torna, em muitos casos, a passagem da vida sem Deus para a vida com Deus. Ela é marcadamente ritual e, como tal, se repete permanentemente como ato que se renova a cada momento de culto para aquele que se abre à ação sobrenatural. Por outro lado, os comunitarismos religiosos se estruturam, quase sempre, como uma reação consciente ao mundo, oferecendo aos seus membros verdade e segurança. Evidentemente, nenhum grupo tem condições reais de viver de forma isolada da vida social como um todo, sobretudo das condições econômicas que se impõem como prática inevitável na esfera das infraestruturas tecnológicas, dos recursos médicos ou de consumo.

41. Qual será a postura cristã? Nem reprodução nem negação das tendências do mundo atual. Em termos concretos, nem individualismo nem comunitarismo. O cristão está no mundo e busca os meios de discernir e viver de maneira fiel o projeto de Jesus Cristo. "Deus está em toda parte, há que saber descobri-lo [...]", como disse o Papa Francisco à Coordenação do CELAM no Rio de Janeiro. A postura cristã só pode ser de discernimento e de diálogo de liberdade, e de adesão a Jesus Cristo, que nos convida a seu seguimento: "se alguém quiser vir após mim, renuncie a si mesmo..." (Mt 16,24). Esta realidade é devida por muitos discípulos missionários nas nossas comunidades.

42. Discernir significa aprender a separar as coisas positivas das negativas que fazem parte do mesmo modo de vida atual, que se apresenta sempre como integralmente bom para todos e em tudo o que oferece. "É preciso esclarecer o que pode ser fruto do Reino e também o que atenta contra o projeto de Deus. Isto implica não só reconhecer e interpretar as moções do espírito bom e do espírito mal, mas

também - e aqui está o ponto decisivo - escolher as do bom espírito e rejeitar as do espírito mal" (EG, n. 51)

43. Viver na Igreja significa aprender permanentemente a seguir o caminho e a verdade do Evangelho dentro das condições concretas do mundo. Como sempre, o cristão precisa aprender a discernir: "examinar tudo e ficar com o que é bom" (1Ts 5,21). Hoje vemos a importância de aprender a distinguir:

a. a pluralidade, que respeita as diferenças e promove a convivência pacífica, do relativismo que se pauta pela indiferença aos valores e aos outros;

b. a secularidade, que valoriza positivamente as conquistas humanas, a autonomia das consciências e a liberdade religiosa, do secularismo que considera Deus como intruso ou desnecessário para a vida humana;

c. os benefícios da tecnologia presentes nas diversas dimensões da vida atual e das relações humanas, da busca desenfreada e egoísta de bem-estar ilimitado;

d. o consumo dos bens necessários à subsistência e à satisfação equilibrada dos desejos, da busca ilimitada de satisfação; assim como o uso prazeroso dos bens, do hedonismo que conduz para a frustração do eu sempre insatisfeito;

e. o uso do dinheiro para a justa aquisição de bens que garantam a vida digna para cada pessoa, da idolatria do dinheiro como valor absoluto que tudo direciona;

f. a autonomia e a liberdade individual, do isolamento individualista; a responsabilidade individual, da negação do dever para com a vida comum;

g. os valores e as instituições tradicionais, do tradicionalismo que se nega a dialogar com o mundo e se fecha na segurança das ideias puras e imutáveis;

h. a vivência comunitária, que possibilita a justa relação do eu individual com o outro, do comunitarismo que isola o grupo do mundo;

i. o uso das redes como expressão de relações humanas prévias e como caminho de novas formas de relações sociais mais amplas, da comunicação virtual que isola e dispensa a relação pessoal.

44. Fazer o discernimento significa, não somente, separar valores e contravalores de modo conceitual, mas assumir uma postura proativa que diz *não* e que seja capaz de ações afirmativas transformadoras da realidade dentro e fora da Igreja. Ficar com o que é bom significa acolher o que a realidade traz de valores e que permite a cada cristão dialogar com o mundo na busca do Reino de Deus.

45. A Igreja não é uma ilha de perfeição, mas uma comunidade de aprendizagem dos seguidores de Jesus Cristo. Ela é chamada a ser:

a. *escola de vivência cristã* onde o projeto do Reino encontra os meios de sua realização e seja um sinal de contradição para tudo aquilo que não condiz com o plano de Deus;

b. *organização comunitária* feita de diversidade, composta de muitos sujeitos que, investidos de distintos dons e distintas funções, exercem sua missão eclesial dentro da comunidade e na sociedade;

c. *comunidade inserida* no mundo como protagonista do Reino de Deus e que busca todos os meios para que os

valores próprios do Reino estejam presentes nas estruturas e no funcionamento da sociedade atual;

d. *grupo de seguidores* de Jesus Cristo, que procura aprofundar-se no conhecimento de sua pessoa por meio da vivência do amor e do estudo, na busca de compreensão de seu mistério revelado na história;

e. *Povo de Deus* que busca também os sinais do Reino no mundo e, em diálogo com os valores aí presentes, procura parcerias com todos os sujeitos visando a construção de um mundo justo, fraterno e feliz;

f. *comunidade que se abre* permanentemente para as urgências do mundo e se renova em seus métodos e em sua estrutura, para que possa servir como testemunha e força que transforma o mundo na prática do amor (cf. EG, n. 27-33).

46. A Igreja, direcionada e pautada pelo Reino de Deus, caminha para frente, dentro da história, com lucidez e esperança, com paciência e caridade, com coragem e humildade. É capaz de superar as identificações com o mundo – os mundanismos -, os isolamentos e autorreferências; abre-se para os desafios do mundo nos quais Deus fala por vias positivas – os sinais visíveis do Reino – e por vias negativas: no grito dos que sofrem e em todas as formas de negação da vida. A Igreja da escuta, do diálogo e do encontro se insere no mundo como quem ensina e aprende, diz sim e diz não, mas, sobretudo, como quem serve o outro:

> *A Igreja "em saída" é uma Igreja de portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas não significa correr pelo mundo sem direção nem sentido. Muitas vezes é melhor diminuir o ritmo, deixar de lado a ansiedade para olhar nos olhos e escutar, ou renunciar às*

urgências para acompanhar quem ficou caído à beira do caminho. Às vezes, é como o pai do filho pródigo, que continua com as portas abertas para, quando este voltar, poder entrar sem dificuldade (EG, n. 46).

CAPÍTULO II

O SUJEITO ECLESIAL: CIDADÃOS, DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS

1. O cristão como sujeito

47. A noção de sujeito possui uma raiz genuinamente judaico-cristã. Ela remete para a própria noção de criatura, distinta do Criador e chamada a dialogar com Ele como pessoa livre (Gl 5,1) e eticamente responsável pelo destino de si mesma e da história, como membro de um Povo e na perspectiva do futuro prometido por Deus. O cristianismo herda e radicaliza essa convicção universalizando a noção de sujeito dentro da comunidade (cf. Gl 3,28) e oferecendo a salvação para todos os povos (cf. At 10,34-35).

48. A vivência na comunidade cristã acontece numa dinâmica que exige o equilíbrio entre o eu e o outro, sem isolamentos nos dons e funções individuais e sem aniquilamento da individualidade em função da comunidade. A imagem do corpo, utilizada pelo Apóstolo Paulo para falar da Igreja, expressa a organicidade da comunidade, que

deve integrar em seu conjunto as autonomias individuais (cf. 1Cor 12-15). Cada cristão é portador de qualidades vivenciadas na vida comum e cada qual cresce na medida em que assume essa condição social. Esse é o Homem Novo que se opõe ao Homem Velho, que é o isolamento egoísta do indivíduo em si mesmo.

49. O leigo, sujeito na Igreja e no mundo, é o cristão maduro na fé, que fez o encontro pessoal com Jesus Cristo e se dispôs a segui-lo com todas as consequências dessa escolha; é o cristão que adere ao projeto do Mestre e busca identificar-se sempre mais com sua pessoa; é o cristão que se coloca na escuta do Espírito, que envia à edificação da comunidade e à transformação do mundo na direção do Reino de Deus. Tornar-se sujeito eclesial é um projeto de construção que supera todas as formas de infantilismo eclesial que possam manter cristãos dependentes de outrem na consciência de si mesmo e de sua missão.

50. A condição eclesial é dom e tarefa para todos os cristãos, o que implica, antes de tudo, a acolhida do dom na comunidade eclesial feita de comunhão e diversidade, de individualidades e de vida comum, de liberdades e de compromissos. A tarefa da construção de autênticos sujeitos eclesiais se impõe igualmente para todos os membros: como crescimento mútuo no respeito às diferenças e às regras comuns; como busca das condições para o exercício da autonomia na edificação da Igreja; como discernimento dos dons que cada um oferece para o serviço à comunidade e como crescimento espiritual, psicológico e intelectual de cada sujeito no que se refere ao aprofundamento permanente da compreensão da fé e da realidade.

51. O sujeito cristão se realiza como pessoa dentro da comunidade cristã. A pessoa é uma unidade de consciência

e de relação, cujo modelo é a própria pessoa de Jesus Cristo. A noção cristã de pessoa define o ser humano como uma unidade psicossomática e espiritual composta de dimensões diversas, aberto para além de si mesmo e referenciado a uma origem e a um fim transcendentes que o definem do ponto de vista de sua natureza – filho de Deus – e de seu destino: a comunhão com o mesmo Deus (cf. GS, n. 12-18).

52. O cristão é também chamado a se desenvolver como indivíduo capaz de afeto e amor. A subjetividade se desenvolve de maneira sadia quando traz consigo a abertura às relações consigo mesmo, com os demais seres humanos, com Deus e com a natureza, a partir da pessoa e da missão de Jesus Cristo, em conformidade com o seu ser imagem e semelhança de Deus que é Amor e, portanto, comunhão.

53. A cultura consumista orienta fortemente a uma individualidade fechada aos demais, segundo a lógica do imediatismo e do hedonismo. Consequentemente, fica aberto o caminho para a manipulação, coisificação e mesmo escravidão de nossos semelhantes, bem como para várias formas de uso abusivo dos recursos naturais e sua destruição. O Papa Francisco alertou para o perigo da tristeza individualista, que brota de corações mesquinhos, e da "consciência isolada" (EG, n. 2). Um alerta permanente na formação de verdadeiras pessoas – verdadeiros sujeitos – consiste em que liberdade e autonomia se desenvolvam não no fechamento ou na indiferença, mas na abertura solidária aos outros e às suas realidades. A abertura ao outro, assim, não é um "opcional", mas condição necessária para a realização do ser humano.

2. O sujeito eclesial e a cidadania

54. A cidadania plena é um dos rostos da caridade em nosso tempo, em nosso país e em nossa América Latina e Caribe (cf. DAp, n. 384-385). É urgente o esforço de trazer cada pessoa ao mundo dos direitos plenos – direitos humanos, civis, sociais -, como moradia, educação e saúde, participação política e outros. A promoção do bem comum e a construção de uma democracia participativa são tarefas que ultrapassam o círculo dos cristãos.

55. De maneira especial, é sempre oportuno lembrar que os cristãos são também cidadãos e, como tais, juntos com as pessoas de boa vontade, devem assumir ativamente esta cidadania em toda a sua amplitude (cf. DGAE 2011-2015). A cidadania para todos e todas brota do coração mesmo da missão da Igreja, inspirada no núcleo do Evangelho, o mistério da Encarnação: "o Verbo se fez carne e habitou entre nós" (Jo 1,14). Quando imaginamos que, para encontrar e servir a Deus devemos nos elevar, no sentido de deixar as coisas do mundo, vemos nos Evangelhos o testemunho contrário do próprio Deus: Ele "desce" e "entra" em nosso mundo e em nossa história para assumir em tudo a nossa existência. Desta forma, também os cristãos, para seguir e servir a Deus, devem "descer" e "entrar" em tudo o que é humano, que constrói um mundo mais humano e que nos humaniza (cf. EG, n. 24).

56. Assim sendo, eclesialidade e cidadania não podem ser vistas de maneira separada. O Documento de Aparecida, superando este dualismo, ainda presente na mentalidade de muitos, afirma que "a construção da cidadania, no sentido mais amplo, e a construção de eclesialidade nos leigos são um só e único movimento" (DAp, n. 215), levam

à comunhão e participação na Igreja e sua presença ativa no mundo.

57. É um erro pensar que o cristão expressa o seu ser Igreja apenas na comunidade eclesial. Se assim acontece, ele acaba caindo no fechamento comunitário, o comunitarismo. Deve haver uma coerência entre ser Igreja e ser cidadão, e uma firme busca por traduzir, no âmbito da sociedade política e civil, o ser cristão. Nunca foi tão importante encontrar as mediações concretas como agora – quer sejam políticas, jurídicas, culturais ou econômicas – do mandamento do amor, de forma especial o amor aos marginalizados!

58. O sujeito eclesial é cidadão ativo em sua vida pessoal e em seus trabalhos e lutas. Permanecendo Igreja, ele transita do ambiente eclesial ao mundo civil para, a modo de sal, luz (cf. Mt 5,13-14) e fermento (cf. Mt 13,33 e Lc 20,21), somar, com todos os cidadãos de boa vontade, na construção da cidadania para todos.

2.1. O cristão é um cidadão do Reino de Deus

59. O cristão, permanecendo Igreja, constrói cidadania no mundo, ou seja, assume sua missão sem limites e fronteiras, através de sua presença nas macro e microestruturas que compõem o conjunto da sociedade. Afinal, a Igreja existe unicamente para servir como Jesus Cristo serviu. "É a pessoa humana que deve ser salva. É a sociedade humana que deve ser renovada" (GS, n. 3).

60. O Concílio Ecumênico Vaticano II reconheceu, em todas as realidades do mundo, "o valor próprio por Deus nelas colocado" (AA, n. 7). O valor de todas as coisas possui uma raiz antropológica, sendo que tudo deve concorrer para o bem

da pessoa humana. A Igreja, através dos cristãos leigos, cumpre sua missão de "expandir o Reino de Deus" (AA, n. 2) sobre a terra, em comunhão com todos os homens e mulheres de boa vontade que convergem para este projeto.

61. A situação de nossa sociedade urge uma conversão radical: recolocar o ser humano como fim destas mediações, e não como meio delas. Hoje, vemos o ser humano instrumentalizado pelas ideologias do consumo e da indiferença, mera engrenagem de poderosos mecanismos de exclusão, que alimentam uma verdadeira idolatria do dinheiro (cf. EG, n. 55). No Reino de Deus, ao contrário, encontramos outra lógica: tudo a serviço da vida plena para todos.

2.2. Rumo a uma noção integral do sujeito cristão

62. Para vivenciar uma noção integral do sujeito cristão, faz-se necessário dar passos no sentido de superar antagonismos que estão enraizados em muitas mentalidades.

63. O primeiro é o antagonismo entre a fé e a vida. Segundo esta noção, o mundo da fé é superior e, até mesmo, oposto ao mundo da vida. Por fé, entende-se, segundo esta concepção, tudo o que se relaciona ao mundo espiritual, ao culto e aos sacramentos. No outro lado, estaria a vida comum de todos: o trabalho, as funções e os compromissos familiares, a educação dos filhos, o mundo da política etc. (cf. GS, n. 43).

64. Jesus nos indica que tudo, menos o pecado, pode ser mediação do amor de Deus. É precisamente no mundo da vida que o amor de Deus se manifesta, como nos mostram os Evangelhos. Jesus não frequentava apenas as sinagogas (espaço da "fé"), mas também atuava em barcas, na margem do lago, nas casas, na cidade, nos caminhos. Diante do

Evangelho de Jesus, podemos dizer que não há nada propriamente profano, porque tudo pode ser mediação desta manifestação da misericórdia maravilhosa de Deus, que vai além de todo entendimento e transforma as pessoas.

65. Outro antagonismo é o de Igreja-mundo. Segundo esta perspectiva, a Igreja seria uma instância superior e, até mesmo, oposta ao mundo. Esta relação de oposição e exclusão não pertence ao núcleo do Evangelho nem à perspectiva do Concílio Vaticano II. Ao contrário, reconhecer o fato da Encarnação – o mistério de Deus conosco, comprometido com nossa história a tal ponto de dar-nos o Filho, fazendo-se um de nós e assumindo em tudo a humanidade, menos o pecado – faz-nos valorizar este único mundo e esta única história que nos compete viver, unidos a todo o gênero humano. A Igreja está comprometida com este mundo, como sacramento e sinal do amor e da misericórdia de Deus para com todos (cf. LG, n. 1), e, nesta missão, peregrina até que o Reino de Deus se manifeste plenamente em novo céu e nova terra.

66. Há também antagonismos persistentes entre identidade eclesial e ecumenismo, missão e acolhida do outro. O diálogo é uma postura inerente à natureza e missão da Igreja no mundo e não simplesmente uma estratégia de evangelização. "O diálogo não só foi iniciado, mas tornou-se uma expressa necessidade, uma das prioridades da Igreja" (UUS, n. 31).

67. A dicotomia entre Igreja e mundo e entre fé e vida está na raiz da atitude de valorização unilateral dos ritos, em detrimento da responsabilidade social e da luta pela justiça. Se orientado por esta divisão, o mesmo cristão, que valoriza os ritos, pode apresentar comodismo, indiferença e

até incoerência em sua vida de cidadão do mundo. O Papa Francisco questiona que "apesar de se notar a participação de muitos nos ministérios laicais, este compromisso não se reflete na penetração dos valores cristãos no mundo social, político e econômico; limita-se muitas vezes a tarefas no seio da Igreja, sem um empenhamento real pela aplicação do Evangelho na transformação da sociedade" (EG, n. 102).

68. Tudo isso nos leva a considerar que o cristão nunca pode ser visto isoladamente de seus enraizamentos básicos, enquanto pessoa humana: sujeito relacionado com outros e inserido neste único mundo em que vivemos, e de cujo destino inevitavelmente participamos. No entanto, lembra-nos a Carta a Diogneto: "(os cristãos) vivem na sua pátria, mas como forasteiros; participam de tudo como cristãos e suportam tudo como estrangeiros. Toda pátria é pátria deles, e cada pátria é estrangeira" (cf. cap.V).

3. Natureza e missão dos cristãos leigos e leigas

69. O Concilio Vaticano II definiu o leigo de maneira positiva e afirmou a plena incorporação dos fiéis leigos à Igreja e ao seu mistério. Segundo o texto da *Lumen gentium*, "pelo nome de leigos aqui são compreendidos todos os cristãos, exceto os membros de ordem sacra e do estado religioso aprovado na Igreja. Estes fiéis foram incorporados a Cristo pelo Batismo, constituídos povo de Deus e, a seu modo, feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo" (LG, n. 31).

70. Durante séculos, esse triplo múnus foi aplicado ao ministério dos ordenados, mas o Concílio fundamentou toda a Igreja, e não só o clero, nas missões de Cristo e do Espírito

Santo. É o Espírito Santo que capacita todos os batizados para participarem na obra de Cristo: todos os cristãos são chamados (como sacerdotes) a oferecer as suas vidas como sacrifício espiritual, todos são chamados (como profetas) a escutar e proclamar a Palavra, e todos são chamados (como administradores) a trabalhar pela vinda do Reino de Deus (cf. LG, n. 31).

71. Com esta definição, fica claro que o leigo é Igreja, não apenas pertence à Igreja, assim como "somos um só corpo em Cristo, e, cada um de nós, membros uns dos outros" (Rm 12,5). Não se deve falar em superioridade de dignidade de pertença à Igreja quando são comparados os membros da hierarquia e os cristãos leigos – segundo esta mentalidade, os primeiros seriam "mais" Igreja do que os leigos e, portanto, mais dignos. Esta mentalidade, errônea em seu princípio, esquece que a dignidade não advém dos serviços e ministérios no interior da Igreja, mas da própria iniciativa divina, sempre gratuita, da incorporação a Cristo pelo Batismo.

72. A dignidade dos membros e a graça da filiação é comum a todos porque o povo chamado por Deus se insere em uma realidade que é "um só Senhor, uma só fé, um só Batismo" (Ef 4,5). A *Christifideles Laici* lembra que, ao sair das águas do Batismo, "todo o cristão ouve de novo aquela voz que um dia se fez ouvir nas águas do Jordão: 'Tu és o meu Filho muito amado [...]' (Lc 3,22), e compreende ter sido associado ao Filho, tornando-se filho de adoção e irmão de Cristo" (ChL, n. 11).

73. Da mesma forma, não se pode mais falar de diferentes graus de perfeição, como se "alguns" fossem chamados a maior e outros a menor perfeição. O Concílio foi muito claro na afirmação da "vocação universal à santidade",

que advém de Cristo, fonte de toda a santidade. Se nem todos são chamados aos mesmos caminhos, ministérios e trabalhos, "todos, no entanto, são chamados à santidade" (LG, n. 32; cf. 39-40). Entre todos os membros da Igreja "reina verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo" (LG, n. 32).

74. Apesar do crescimento da consciência da identidade e da missão dos leigos e leigas na Igreja, que constituem a imensa maioria do povo de Deus, ainda há caminho a percorrer: "A tomada de consciência desta responsabilidade laical, que nasce do Batismo e da Confirmação, não se manifesta de igual modo em toda a parte; em alguns casos, porque (os leigos) não se formaram para assumir responsabilidades importantes, em outros por não encontrarem espaço nas suas Igrejas particulares para poderem exprimir-se e agir, por causa de um excessivo clericalismo que os mantém à margem das decisões" (EG, n. 102).

3.1. A necessária experiência de Deus: saborear a amizade e a mensagem de Jesus

75. Os leigos são instados a descobrir e alimentar uma espiritualidade apropriada à sua vocação. Não se trata de fugir das realidades temporais para encontrar a Deus, mas de encontrá-lo ali, em seu trabalho perseverante e ativo, iluminados pela fé. É preciso discernir e rejeitar a "tentação de uma espiritualidade intimista e individualista, que dificilmente se coaduna com as exigências da caridade, com a lógica da encarnação [...]" (NMI, n. 52). A espiritualidade cristã sempre terá por fundamento os mistérios da encarnação e da redenção de Jesus Cristo. Este enfoque deve permear a formação laical desde o processo da iniciação cristã.

76. Portanto, leigos e leigas, em seus trabalhos, devem infundir uma inspiração de fé e um sentido de amor cristão. Em meio à missão, sempre cheia de tensões e conflitos, busquem renovar sua identidade cristã no contato com a Palavra de Deus, na intimidade dos Sacramentos e na oração (cf. DPb, n. 797-798).

77. A oração e a contemplação são muito importantes. É preciso cultivar um espaço interior dinamizado por um espírito contemplativo que dê sentido cristão ao compromisso e às atividades. Aí, é possível um encontro significativo com o Deus de Jesus Cristo, que nos permite descobrir que "somos depositários de um bem que humaniza" (EG, n. 264), que nos ajuda a viver uma vida nova e, portanto, a buscar esta vida nova para todos.

78. O verdadeiro trabalhador da vinha nunca deixa de ser discípulo. Ele sabe que Jesus caminha, fala, respira e trabalha com ele. Experimenta a importância de caminhar com Jesus, e está convencido de que constrói o novo mundo à luz do Evangelho. A experiência do encontro pessoal com Jesus, sempre renovada, é a única capaz de sustentar a missão. Por isso, ele deve dedicar tempo à oração sincera, que leva a saborear a amizade e a mensagem de Jesus (cf. EG, n. 266).

79. O encontro com Jesus Cristo leva a uma espiritualidade integral que contempla a conversão pessoal, o discipulado, a experiência comunitária, a formação bíblico-teológica e o compromisso missionário (cf. DAp, n. 226; 278). Neste encontro com Jesus Cristo vivo, descobre-se e vivencia-se o mistério trinitário. "Deus é amor" (1Jo 4,16), e o Amor, segundo a tradição cristã, não se contenta consigo mesmo; por isso, envia o Filho, no Espírito Santo, em missão para anunciar uma Boa-Nova a toda humanidade. A natureza missionária

da Igreja (cf. AG, n. 2; 6) é fruto dessa vida trinitária revelada aos discípulos, os quais participam da missão de Deus no mundo: conduzidos pelo Espírito Santo, são seguidores de Jesus Cristo e testemunhas de sua ressurreição.

80. O amor que se mostra na imagem comunitária da Santíssima Trindade, desde toda a eternidade, desdobra-se na missão histórico-salvífica de Deus, da qual a Igreja, formada por discípulos missionários, participa como sacramento. A missão da Igreja é motivada pela reintegração da humanidade em uma vida plena de amor. O amor de Deus busca a face da criatura, desfigurada nesse mundo pelo pecado, em vista de outro mundo possível. "O Senhor ensina que haverá uma nova morada para o homem, onde habitará a justiça e cuja felicidade preencherá e superará todos os desejos de paz que o coração humano alimenta" (GS, n. 39).

81. Em virtude do Batismo, que está na origem do sacerdócio comum, todos os cristãos são chamados a viver e a transmitir a comunhão com a Trindade, fonte de nossa vida comunitária e do amor transbordante que devemos testemunhar. "A experiência de um Deus uno e trino, que é unidade e comunhão inseparável, permite-nos superar o egoísmo, para nos encontrarmos plenamente no serviço ao outro. A experiência batismal é o ponto de início de toda espiritualidade cristã que se funda na Trindade" (DAp, n. 240).

82. O Apóstolo Paulo destaca o fundamento trinitário da vida em comunidade, feita de diversidades e de unidade. O Deus uno e trino é a fonte e o modelo de toda vivência comunitária. "Existem dons diferentes, mas o Espírito é o mesmo; diferentes serviços, mas o Senhor é o mesmo; diferentes modos de agir, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos" (1Cor 12,4-6).

83. O testemunho dos primeiros cristãos (cf. At 2,42-45; 4,32-35) é de que entre eles não havia separação nem distinção, porque os fiéis eram um só coração e uma só alma, e juntos viviam e testemunhavam a novidade do Evangelho. Este continua a ser um desafio para os cristãos leigos e leigas: superar as divisões e avançar no seguimento de Cristo, aprendendo e praticando as bem-aventuranças do Reino, o estilo de vida do Mestre Jesus: seu amor e obediência filial ao Pai, sua compaixão diante da dor humana, seu amor serviçal até o dom de sua vida na cruz: "Se alguém quiser vir após mim, negue-se a si mesmo e tome a sua cruz e siga-me" (Mc 8,34). A cruz indica o rumo de vida para o cristão, como superação permanente dos males, do sofrimento e da morte, como enfrentamento e superação das divisões e dominações, como recriação misteriosa e pascal das relações humanas e da vida do mundo. E a Igreja, "sob a ação do Espírito Santo, não deixe de renovar-se a si mesma até que pela cruz chegue à luz que não conhece ocaso" (LG, n. 11).

84. Cristo é o sacramento primordial, o sinal e o instrumento perfeito da graça de Deus na história dos homens. Ele nos revela o amor do Pai e é a fonte da graça redentora de Deus. Na medida em que a Igreja está "em Cristo", um reflexo dessa mesma luz brilha para a humanidade. A fonte da Igreja está em Cristo, de cuja Paixão nasceu: pois "foi do lado de Cristo adormecido na cruz que nasceu o sacramento admirável de toda a Igreja" (SC, n. 5). A comunidade humana, reunida por graça de Deus na Igreja, é chamada a ser "sacramento da unidade", instrumento da ação salvífica de Cristo no mundo.

85. Muitos cristãos leigos e leigas, por motivos como enfermidades e circunstâncias adversas, estão impossibilitados

para uma atuação concreta neste "vasto mundo". Estes não devem se sentir do lado de fora da única missão da Igreja e tenham a consciência de que o sofrimento também é uma realidade aberta para a evangelização (cf. EN, n. 70). Por meio do sofrimento, eles podem dizer com São Paulo: "completo na minha carne o que falta aos sofrimentos de Cristo pelo seu Corpo, que é a Igreja" (Cl 1,24). Por isso, tendo como referência o mistério do sofrimento de Cristo, realizem sua vocação de ser fonte de amor, luz e força para a Igreja e para a humanidade (cf. SD – *Salvifici doloris*).

3.2. O sacerdócio comum e a missão solidária dos cristãos

86. Os primeiros seguidores de Jesus chamavam-se "discípulos" (At 6,1; 9,1) ou, simplesmente, "santos" (Rm 1,7; 1Cor 1,2). O termo "discípulo" aparece no Novo Testamento mais de duzentas vezes, refletindo a profunda solidariedade que os primeiros cristãos tinham uns para com os outros.

87. O ensinamento bíblico relativo ao sacerdócio de todos os crentes foi, porém, retomado no Concílio Vaticano II na Lumen gentium: "Este Povo messiânico tem por cabeça Cristo, 'o qual foi entregue por causa das nossas faltas e ressuscitado por causa da nossa justificação' (Rm. 4,25) e, tendo agora alcançado um nome superior a todo o nome, reina glorioso nos céus. É condição deste Povo a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus, em cujos corações o Espírito Santo habita como num templo. A sua lei é o novo mandamento, o de amar assim como o próprio Cristo nos amou (cf. Jo 13,34). Por último, tem por fim o Reino de Deus, o qual, começado na terra pelo próprio Deus, deve desenvolver-se até ser também por ele consumado no fim dos séculos, quando Cristo, nossa vida, aparecer (cf. Cl 3,4)

e 'a própria criação for liberta do domínio da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus' (Rm 8,21). Por isso é que este Povo messiânico, ainda que não abranja de fato todos os homens, e não poucas vezes apareça como um pequeno rebanho, é, contudo, para todo o gênero humano, o mais firme germe de unidade, de esperança e de salvação. Estabelecido por Cristo como comunhão de vida, de caridade e de verdade, é também por Ele assumido como instrumento de redenção universal e enviado a toda a parte como luz do mundo e sal da terra" (LG, n. 9).

88. Dessa forma, o Concílio recupera uma linguagem bíblica para refletir sobre a Igreja, que ganha rico fundamento cristológico e nova apreciação do papel do Espírito Santo. O texto apresenta a Igreja como povo enviado ao mundo em missão para construir o Reino vindouro de Deus, povo que olha para o futuro com humildade e esperança. A Fé, o Batismo, a Palavra, a Eucaristia e o Ministério Ordenado são realidades fundacionais na Igreja. O ministério ordenado deve ser visto como serviço ao sacerdócio comum. Todos os cristãos, em virtude do Batismo, participam do sacerdócio de Cristo, e todos eles são chamados a entregar suas vidas a um sacrifício vivo, santo e agradável a Deus.

89. "Cristo Nosso Senhor, Pontífice escolhido de entre os homens, fez do novo povo um 'reino sacerdotal para seu Deus e Pai' (Ap 1,6). Na verdade, os batizados, pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, são consagrados para serem casa espiritual, sacerdócio santo, para que, por meio de todas as obras próprias do cristão, ofereçam oblações espirituais e anunciem os louvores daquele que das trevas os chamou à sua admirável luz (cf. 1Pd 2,4-10). Por isso, todos os discípulos de Cristo, perseverando na oração e louvando a Deus (cf. At 2,42-47), ofereçam-se

a si mesmos como hóstias vivas, santas, agradáveis a Deus (cf. Rm 12,1), deem testemunho de Cristo em toda a parte, e àqueles que lhe pedirem deem a razão da esperança da vida eterna que neles habita (cf. 1Pd 3,15) [...]" (LG, n.10).

90. Jesus é Aquele que se oferece livremente como a vítima inocente de uma ação violenta, que não é perpetrada contra Ele por Deus, mas por uma humanidade pecadora. É por isso que a forma radical do sacrifício único de Cristo é completamente incompreensível sem a ressurreição. São a cruz e a ressurreição, juntas, o mistério pascal como um todo, que revela ao mundo que a lógica profunda da existência, na intenção divina, não é de sacrifício violento, mas de amor, de autodoação. Na encarnação, vida, morte e ressurreição de Cristo encontramos um amor que ultrapassa todas as fronteiras, e é esse amor que merece ser chamado sacrifício cristão: "quero a misericórdia e não o sacrifício" (Mt 9,13).

91. A cruz de Jesus foi consequência do seu amor pelos outros, pelos desprezados. Essa ação sacerdotal de Cristo indica a forma como devemos pensar na vida sacerdotal de todos os batizados. Pela notícia da ressurreição de Jesus Cristo, sabemos agora que o mal e todo pecado foram derrotados, e por isso a celebramos. A vida do cristão é sacerdotal, na medida em que ele se entrega ao poder do amor, encarnado na autodoação salvífica de Jesus, e podendo, até mesmo, chegar ao martírio. E o ministério cristão ordenado deve ser entendido como um chamado para servir a esse sacerdócio de todos os batizados (cf. EG, n. 102).

92. Tal relação, já estabelecida pela *Lumen gentium*, é reafirmada no Catecismo da Igreja Católica: "Enquanto o sacerdócio comum dos fiéis se realiza no desenvolvimento da graça batismal, vida de fé, de esperança e de caridade, vida

segundo o Espírito, o sacerdócio ministerial está a serviço do sacerdócio comum, refere-se ao desenvolvimento da graça batismal de todos os cristãos" (CIgC, n. 1547).

3.3. Discípulos missionários

93. Seguindo os passos do Concílio, a Igreja latino-americana e caribenha, reunida em seus bispos em Aparecida, reafirmou-se como "sacramento de unidade do gênero humano" (DAp, n. 523). Pelo "dom do Batismo que nos tem feito membros do Corpo de Cristo" (DAp, n. 127), pertencemos à Igreja Povo de Deus. Essa Igreja é peregrina e missionária "por natureza, porque tem sua origem na missão do Filho e do Espírito Santo, segundo o desígnio do Pai" (DAp, n. 347).

94. A Igreja se constrói como comunhão de Igrejas particulares, onde a comunhão é missionária e a missão é para a comunhão. Essa Igreja em estado de missão busca superar suas limitações e tensões pela unidade no serviço. "A missão primária da Igreja é anunciar o Evangelho de maneira tal que garanta a relação entre a fé e a vida" (DAp, n. 331), "para que Jesus Cristo seja encontrado, seguido, amado, adorado, anunciado" (DAp, n. 14), na vivência da Palavra, na celebração da Liturgia, na comunhão fraterna e no "serviço, especialmente aos pobres e aos que mais sofrem" (DAp, n. 516).

95. É toda a Igreja que assume sua vocação de ser discípula missionária (cf. DAp, n. 181), incluindo as massas populares com "seu tesouro da religiosidade popular", com seu carinho aos santos, com as promessas e peregrinações que representam o Povo de Deus a caminho, os "movimentos e novas comunidades" que contribuem para a realização

da Igreja particular, tudo expressão da dimensão carismática da Igreja e "igualmente essenciais para a constituição divina do Povo de Deus" (DAp, n. 312).

96. A missão desse povo é assumir um compromisso com a realidade, que nasce do amor apaixonado por Cristo, e assim inculturar o seu Evangelho na história. "O povo pobre das periferias urbanas ou do campo necessita sentir a proximidade da Igreja, seja no socorro de suas necessidades mais urgentes, seja na defesa de seus direitos e na promoção comum de uma sociedade fundamentada na justiça e na paz" (DAp, n. 550). São também destinatários da missão dos discípulos missionários sem fronteiras não apenas os povos não cristãos de terras distantes, mas também os campos socioculturais, entendidos como novos areópagos.

97. No Documento de Aparecida, a missão tornou-se o paradigma da nossa Igreja, síntese das conferências anteriores, que trataram da descolonização, opção pelos pobres e libertação, participação e inculturação. Assume que a comunhão trinitária é sinônimo de amor e de envio salvífico e que, portanto, falar de Deus significa falar de amor e missão. Sintetiza as preocupações pastorais da nossa Igreja, querendo resgatar e educar integralmente a fé do conjunto dos batizados, sobretudo dos que se tornam vítimas do secularismo, do relativismo ou da migração religiosa.

98. Trata-se de concretizar a paróquia como "comunidade de comunidades" e lugar de formação contínua, de articular um estado permanente de missão, visando a evangelização entre os cristãos nominais, de se lançar na missão universal da Igreja: "Somos testemunhas e missionários: nas grandes cidades e nos campos, nas montanhas e florestas

de nossa América, em todos os ambientes da convivência social, nos mais diversos areópagos da vida pública das nações, nas situações extremas da existência, assumindo ad gentes nossa solicitude pela missão universal da Igreja" (DAp, n. 548). E o Papa Francisco nos exorta que a dinâmica da missão produz mudanças permanentes em todas as estruturas eclesiais (cf. EG, n. 19-49).

99. Todos somos chamados a uma formação permanente em vista da humanização da realidade, a partir da fé e da razão, desenvolvendo senso crítico e compaixão que valoriza o outro, discernindo os sinais de Deus nos tempos e agindo por outro mundo possível, descobrindo novos caminhos pastorais e novos ministérios e serviços a favor da vida, na sociedade e na Igreja.

4. A Igreja comunhão de diversidades

100. A unidade da Igreja acontece no interior de uma diversidade de rostos, carismas, funções e ministérios. É importante dar-nos conta deste grande dom da diversidade, que potencializa a missão da Igreja realizada por todos os seus membros, em liberdade, responsabilidade e criatividade. O dom do Espírito se efetiva na ação concreta de cada membro da comunidade, como explica o Apóstolo Paulo. O critério da ação concreta é a edificação da comunidade (cf. 1Cor 14,12). Em função do bem comum, a comunidade organiza-se no exercício concreto de cada membro e busca os meios de tornar mais operante os dons recebidos do Espírito. Os modelos de organização eclesial podem mudar ao longo da história; permanece, no entanto, a regra mais fundamental: a primazia do amor (cf. 1Cor 13), donde advém a possibilidade de integrar organicamente

as diversidades e a postura de serviço de todos os que exercem alguma função dentro da comunidade.

4.1. A Igreja, Corpo de Cristo na história

101. Os cristãos são chamados a ser os olhos, as mãos, a boca, o coração de Cristo no mundo. Ele vive e age na Igreja, por isso ela é sacramento, sinal, instrumento de Cristo. Esta realidade da presença de Cristo na Igreja é explicitada na imagem proposta por Paulo, a de que a Igreja é Corpo de Cristo (cf. 1Cor 12,12-30; Rm 12,4-5).

102. O Apóstolo Paulo deixa claro que Cristo é a cabeça deste corpo (cf. Ef 1,22) e, assim, tem em tudo a primazia (cf. Cl 1,18). Nele, a Igreja tem sua origem, dele ela se nutre. Cristo-cabeça vem lembrar à Igreja que Ele é o centro de tudo. A Igreja é servidora de Cristo. Assim sendo, os indivíduos na Igreja, mantendo sua subjetividade, possuem uma identidade comunitária, possibilitada e mantida pelo Espírito de Cristo. Esta identidade comunitária vale para a Igreja em seu sentido universal, que atravessa a história, todos os lugares e todos os tempos. A imagem do corpo de Cristo vale também para cada Igreja particular. Ela traz em si um forte compromisso ético de cuidado e solidariedade dos membros uns para com os outros, especialmente para com os mais fracos (cf.1 Cor 12,12-27).

103. O Concílio Vaticano II valorizou a fundamentação sacramental da Igreja, corpo de Cristo, especialmente pelo Batismo e pela Eucaristia. O Batismo configura a Cristo e faz da Igreja um só corpo ("com efeito, em um só Espírito fomos batizados todos nós para sermos um só corpo", 1Cor 12,13), e a Eucaristia une a todos na mesma fração do pão (1Cor 10,17). Também valoriza e explicita a "diversidade

de membros e funções" na Igreja, assim como diversos são os membros no corpo (cf. LG, n. 7).

104. A imagem do Corpo de Cristo mostra a dinamicidade da presença de Cristo na Igreja ao longo da história e dos tempos e a realidade multiforme da Igreja, formada por uma diversidade de "membros e funções". Tanto o individualismo, isto é, o fechamento na individualidade, quanto o comunitarismo, ou fechamento na comunidade, dificultam este dinamismo, que exige partilha dos dons pessoais e oxigenação comunitária. Viver a Igreja como diversidade na unidade é fundamental para entender a identidade e missão dos cristãos leigos e leigas.

4.2. A Igreja, Povo de Deus peregrino e evangelizador

105. A imagem central da Igreja na tradição bíblico-eclesial e desenvolvida de maneira privilegiada no Vaticano II é a de Povo de Deus (cf. LG, n. 9-17). Esta imagem sugere a importância de todos os membros da Igreja, reunidos por Deus dentre todos os povos como povo sacerdotal, santo, chamado a "oferecer sacrifícios espirituais aceitáveis a Deus por Jesus Cristo" e a "proclamar as maravilhas de Deus" (1Pd 2,5.9).

106. Desde os primórdios da história da salvação, com Abraão, o chamamento de Deus, mesmo quando se dirige a uma pessoa, tem sempre em vista o serviço a todo um povo e, por este povo, a todos os povos, em uma dinâmica universal: "Abraão se tornará uma nação grande e poderosa e por ele serão benditas todas as nações da terra [...]" (Gn 18,18).

107. O povo de Deus convocado por Cristo, que institui uma nova aliança, é formado por judeus e gentios, um povo que, junto, cresce para a unidade no Espírito (cf. LG, n. 9).

A primeira carta de Pedro traz um texto fundamental sobre a noção de povo de Deus, orientado aos pagãos que aceitaram o Batismo. Os que renasceram da palavra de Deus vivo são constituídos em "linhagem escolhida, sacerdócio régio, nação santa, povo adquirido [...] que outrora não eram povo, mas agora são povo de Deus [...]" (1Pd 2,9-10).

108. O povo de Deus tem a Cristo por cabeça. Sua condição é a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus. Sua lei é o mandamento novo de amar como Cristo amou (Jo 13,34). Sua meta é o Reino de Deus a ser estendido mais e mais até a consumação pelo próprio Cristo. Embora não abranja toda a humanidade, tem por vocação ser, para todo o gênero humano, "germe firmíssimo de unidade, esperança e salvação", "instrumento de redenção de todos", enviado ao mundo inteiro "como luz do mundo e sal da terra" (LG, n. 9).

109. A noção da Igreja como povo de Deus lembra que as pessoas não são salvas de maneira individualista, independente ou isolada, mas como pessoas inter-relacionadas e interdependentes. Deus as vocaciona e santifica como comunidade, como povo de Deus. Nas palavras do Papa Francisco, "ninguém se salva sozinho, isto é, nem como indivíduo isolado, nem por suas próprias forças". O chamado de Deus se faz "no respeito da complexa trama de relações interpessoais que a vida numa comunidade humana supõe" (EG, n. 113).

110. A inter-relação e a interdependência levam a valorizar a diversidade de rostos, de membros, de carismas e funções deste povo, vivida na mesma dignidade, em peregrinação ao Reino definitivo, no qual nenhuma diferença será fonte de desqualificação e nenhuma unidade passará por cima das riquezas individuais de que cada um é portador.

111. A imagem povo de Deus também chama a atenção para a totalidade dos batizados: todos fazem parte do povo sacerdotal, profético e real, o que inclui os cristãos de outras Igrejas. O Vaticano II supera a noção da Igreja como uma estrutura piramidal. João Paulo II, na Encíclica Novo Millenio ineunte, nos convida a fazer da Igreja casa e escola de comunhão. Seu fundamento é o próprio mistério de Cristo que une seu povo no amor. A Igreja é, "antes de tudo, um povo que peregrina para Deus" (EG, n. 111).

112. O capítulo da *Lumen gentium* sobre o "Povo de Deus" sucede imediatamente ao capítulo sobre o "Mistério da Igreja" e, só depois dele, inicia-se o capítulo sobre a "Constituição hierárquica da Igreja", com muitas consequências. A figura do "povo" evoca a comunidade reunida por Deus e por Ele conduzida, peregrina, para a liberdade. Como Povo de Deus, a Igreja está "a caminho" na história, em meio às suas ambiguidades.

113. O sujeito da evangelização é todo o povo de Deus, a Igreja. Ela não pode perder de vista o serviço à vida e à esperança, em seu peregrinar nos passos de Jesus, que se traduz numa evangelização audaz e missionária (CNBB, 62, n. 68). Ser povo de Deus é ser o "fermento de Deus no meio da humanidade", é "anunciar e levar a salvação de Deus a este nosso mundo", é "lugar da misericórdia gratuita, onde todos possam se sentir acolhidos, amados, perdoados e animados a viver segundo a boa nova do Evangelho" (EG, n. 114).

4.3. Carismas e ministérios na Igreja

114. A Igreja, constituída povo de Deus, para a qual há "um só Senhor, uma só fé, um só Batismo" (Ef 4,5), não expressa esta unidade numa uniformidade de talentos, formas

de pensar e atuar. A unidade na qual o povo é reunido é construída numa diversidade suscitada pelo próprio Espírito. A unidade é a do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ou seja, unidade fundada na diversidade trinitária que suscita também a diversidade de dons, carismas, serviços e ministérios no interior da Igreja.

115. A diversidade de dons e carismas doada pelo Espírito é uma forma de santificar e guiar a Igreja, capacitando e estimulando os cristãos a assumirem "vários trabalhos e ofícios que contribuem para a renovação e maior incremento da Igreja, segundo estas palavras: 'A cada um é dada a manifestação do Espírito para utilidade comum'" (LG, n. 12). A diversidade de dons suscitada pelo Espírito possibilita respostas criativas aos desafios de cada momento histórico. O Espírito age com liberdade e liberalidade, e sua inspiração pode assumir formas variadas, como atestam as cartas de Paulo e de Pedro, que iniciam a reflexão sobre esta riqueza (cf. 1Cor 12,4-10; Rm 12,6-8; 1Pd 4,10-11).

116. Os carismas, segundo os textos bíblicos, possuem algumas características que a Exortação *Christifideles Laici* sintetizou da seguinte maneira: são dons e impulsos especiais que podem assumir as mais variadas formas, como expressão da liberdade absoluta do Espírito e como resposta às necessidades da Igreja; eles têm uma utilidade eclesial, quer sejam extraordinários ou simples; podem florescer também em nossos dias e podem gerar afinidade espiritual entre as pessoas; devem ser recebidos com gratidão como riqueza para a missão; ao serem reconhecidos, necessitam de discernimento que aprofunde suas motivações e potencialidades. E acrescenta: devem estar em comunhão com os pastores da Igreja (cf. ChL, n. 24).

117. Tudo isto significa que cada um deve auscultar-se a si mesmo e descobrir as aptidões doadas por Deus e como pode exercitá-las em benefício dos outros, pois elas são dons para servir. Há diversidade de carismas, alguns simples, humildes e estáveis, outros são mais raros e extraordinários, como poderia ser a fundação de grupos eclesiais e ordens religiosas. Com efeito, Paulo, em sua primeira carta à comunidade de Corinto (12,4ss), faz um discernimento dando primazia aos carismas que fortalecem a fé da comunidade e que a ajudam a encarnar esta fé na vida concreta. Ressalta os que respondem às exigências mais humildes, ordinárias e estáveis. Alguns carismas são exercidos de forma pessoal ou no cotidiano das comunidades; outros possuem maior visibilidade. Mas sempre é necessário o discernimento destes dons de Deus pela comunidade.

118. Com relação aos ministérios, tanto a teologia como a prática das Igrejas, na América Latina e no Brasil, receberam com criatividade e operosidade a noção conciliar da Igreja como unidade na diversidade e diversidade na unidade (cf. LG, n. 2-4; UR, n. 2; AG, n. 2-4). O texto conciliar afirma os ministérios como dons distribuídos à Igreja, não apenas à hierarquia. Assim, no corpo de Cristo, "há diversidade de membros e de funções" (LG, n. 7).

119. O documento da CNBB, Missão e Ministérios dos cristãos leigos e leigas, traz um estudo iluminador sobre o tema dos ministérios, que aqui pode ser parcialmente retomado (cf. CNBB, 62, n. 82-93). O documento faz ver como, no Novo Testamento, os carismas vêm frequentemente inter-relacionados aos ministérios, como em 1Cor 12,4-11.28-30; Rm 12,4-8; Ef 4,10-13; 1Pd 4,10; 2Tm 1,6 (cf. CNBB, 62, n. 82). Estes textos mostram dons e serviços como modos de manifestação do Espírito.

120. Em que se distinguem o ministério e o carisma? O ministério é, fundamentalmente, "o carisma que assume a forma de serviço à comunidade e à sua missão no mundo e na Igreja", e que é "como tal acolhido e reconhecido" pela Igreja (CNBB, 62, n. 83). Assim sendo, todo ministério é um carisma, por ser um dom de Deus; mas nem todo carisma é um ministério, pois o ministério "assume a forma de serviço bem determinado, envolvendo um conjunto mais amplo de funções, que responda a exigências permanentes da comunidade e da missão, comporte verdadeira responsabilidade e seja acolhido e reconhecido pela comunidade eclesial" (CNBB, 62, n. 85).

121. O ministério adquire as feições de uma atuação pública e oficial da Igreja e pode acontecer em vários modos ou graus. Por sua vez, há hoje na Igreja uma tendência a considerar como ministério toda e qualquer tarefa exercida na comunidade ou movimentos eclesiais. Duas consequências daninhas resultam desta postura: a noção de ministério é enfraquecida e banalizada e a índole secular própria dos leigos e leigas é obscurecida.

122. Nos ministérios ordenados, o carisma é reconhecido e instituído mediante o sacramento da Ordem, que assim constitui os "ministros da unidade da Igreja na fé e na caridade, de modo que a Igreja se mantenha na tradição dos Apóstolos e, por eles, fiel a Jesus, ao seu Evangelho e à sua missão" (CNBB, 62, n. 87). "Os Bispos, com seus auxiliares presbíteros e diáconos, receberam o encargo de servir a comunidade, presidindo no lugar de Deus ao rebanho do qual são pastores, como mestres da doutrina, sacerdotes do culto sagrado, ministros do governo" (LG, n. 20).

123. O ministério ordenado, em sua missão de servir e presidir a comunidade, supõe uma comunidade de verdadeiros

sujeitos eclesiais, com participação consciente, ativa e adulta. Sem isso, perde-se o espírito da comunhão e cresce o espírito do autoritarismo e da subserviência, não o do serviço e da corresponsabilidade.

124. Nos ministérios não-ordenados, os ministros são os cristãos leigos e leigas. Os ministérios "chamados reconhecidos" são aqueles "ligados a um serviço significativo para a comunidade, mas considerado não tão permanente, podendo vir a desaparecer quando variarem as circunstâncias" (CNBB, 62, n. 87). Os ministérios 'confiados' são conferidos ao seu portador por algum gesto litúrgico simples ou alguma forma canônica. Ministros da comunhão ou do Batismo encontram-se frequentemente sob esta forma, e dependem de iniciativa prévia da autoridade da Igreja, às vezes o próprio pároco, o bispo ou alguém por ele delegado (cf. CNBB, 62, n. 153). Os ministérios "instituídos", por sua vez, são os mais oficializados dentre os ministérios não-ordenados. Conferem uma função ao seu portador por meio de um rito litúrgico chamado instituição. Instituídos universalmente por Paulo VI, temos os ministérios de leitor e acólito (cf. CNBB, 62, n. 88). A Exortação *Evangelii nuntiandi*, de 1975, deu impulso a novos ministérios laicais. Na Igreja no Brasil, várias Dioceses, a partir de suas necessidades e dos carismas dos seus membros, desenvolveram e continuam desenvolvendo ministérios confiados que são conferidos através de um rito litúrgico, sob a responsabilidade da Igreja Particular.

125. O Documento de Aparecida reconhece, na Igreja da América Latina e do Caribe, os "ministérios confiados aos leigos e outros serviços pastorais, como ministros da Palavra, animadores de assembleia e de pequenas comunidades, entre elas as comunidades eclesiais de base, os

movimentos eclesiais e um grande número de pastorais específicas" (DAp, n. 99c).

126. No entanto, embora se possa contar com um laicato numeroso, dotado de enraizado sentido de comunidade e grande fidelidade ao compromisso da caridade, da catequese, da celebração da fé, este número está longe de ser suficiente na Igreja em geral (cf. EG, n. 102) e, especificamente, no Brasil. Reconhecemos a importância de abrir aos leigos e leigas "espaços de participação, confiar-lhes ministérios e responsabilidades em uma Igreja onde todos vivam de maneira responsável seu compromisso cristão" (DAp, n. 211).

4.4. A complementariedade dos serviços e ministérios

127. Entre serviços e ministérios deve existir unidade na diversidade que é realizada pelo Espírito; "só Ele pode suscitar a diversidade, a pluralidade, a multiplicidade e, ao mesmo tempo, realizar a unidade" (EG, n. 131). A diversidade não se identifica com o fechamento em particularismos, que provoca divisão. Por sua vez, a unidade não é imposição de uma uniformidade. A rica missão da Igreja envolve reconhecimento dos carismas dos demais, apreço e responsabilidade pelo carisma próprio.

128. O que não é mais possível é pensar uma Igreja em que se exclua a participação e corresponsabilidade dos leigos na missão. Muitas vezes, isto se dá, repetimos, porque os leigos não se formaram adequadamente para os serviços. Os leigos e as leigas devem ser reconhecidos e valorizados, não somente nas equipes de liturgia e catequese, mas também no ministério teológico, nas coordenações, assembleias de planejamento, conselhos pastorais e econômicos e em outras instâncias de decisão, tendo em vista a

missão comum em favor do Reino de Deus. Planos pastorais devem ser pensados de modo inclusivo e criativo.

129. Tudo isto implica mudança de mentalidade. O Papa Bento XVI o alertou bem: "A corresponsabilidade exige uma mudança de mentalidade, relativa, em particular, ao papel dos leigos na Igreja, que devem ser considerados não como 'colaboradores' do clero, mas como pessoas realmente 'corresponsáveis' do ser e do agir da Igreja. Por conseguinte, é importante que se consolide um laicato maduro e comprometido, capaz de oferecer a sua contribuição específica para a missão eclesial, no respeito pelos ministérios e pelas tarefas que cada um desempenha na vida da Igreja, e sempre em comunhão cordial com os bispos" (*Mensagem do Papa Bento XVI à VI Assembleia Ordinária do Foro Internacional da Ação Católica em Iasi, Romênia, 10 de agosto de 2012*).

130. O testemunho da unidade em meio à diversidade é sinal eloquente da saúde comunitária, ágil em sua resposta às necessidades, ao mesmo tempo em que é comprometida e perseverante. "Aos cristãos de todas as comunidades do mundo, quero pedir-lhes de modo especial um testemunho de comunhão fraterna, que se torne fascinante e resplandecente" (EG, n. 99).

5. A Igreja na sociedade

131. O significado da relação entre a Igreja e o mundo vem de uma grandeza maior que é o Reino de Deus. Anunciado e inaugurado por Jesus Cristo, o Reino de Deus diz respeito ao plano de Deus para toda a sua criação e tem sua última realização no próprio Deus, quando todos forem um com Ele (Cl 3,11). A Igreja deve ser o sinal visível do Reino no mundo. O mundo carrega, por sua vez, sinais do Reino,

na medida em que avança por todos os meios na busca de condições de vida e de convivência humana que tornem mais viável a realização da liberdade e da igualdade de todos os filhos de Deus. A busca do Reino é missão de todo cristão; missão para a qual a Igreja pretende contribuir e que, no mundo, se efetiva na comunhão com todos os homens e mulheres que buscam os meios de construção de uma sociedade justa e fraterna, mesmo quando disso não tenham consciência.

132. A Igreja é chamada a ser sinal e promotora do Reino de Deus. Dessa convicção ela se nutre e nessa direção se organiza em suas estruturas, funções e serviços. A gratuidade do serviço à humanidade, de modo particular aos mais necessitados, é o sinal mais visível de que o Reino de Deus já se faz presente no mundo (Lc 4,16-30). A Igreja, centrada em si mesma, corre o risco de anunciar a si mesma, esquecendo o Reino, de entender seus ministérios como poder e não como serviço, e de fechar-se em relação ao mundo, seja fechando-se à misericórdia para com aqueles que sofrem, seja abandonando a sensibilidade que vem da fé e que permite perscrutar os sinais do Reino presentes no mundo.

133. Os fiéis católicos vivem num mundo caracterizado por um intenso pluralismo cultural, eclesial e religioso, onde são chamados a dar testemunho convicto da sua fé e a reconhecer a liberdade que o outro tem para expressar suas convicções religiosas. Não poucas vezes as diferenças religiosas se manifestam na própria vida familiar. Nesse contexto plural, o cristão católico é chamado a viver a sua missão de forma a favorecer a convivência pacífica, o diálogo e a cooperação entre as diferentes Igrejas e religiões. Desse modo o leigo e leiga católicos exercem também um ministério do diálogo e da reconciliação.

5.1. As tentações do clericalismo e do laicismo

134. O clericalismo e o laicismo são duas tentações que afetam o conjunto da Igreja, especialmente o laicato em sua autopercepção, responsabilidade e missão. Ambas dicotomizam a relação entre a Igreja e o mundo e deformam a atuação do cristão leigo, tanto na Igreja como no mundo. É preciso distinguir clero de clericalismo: o primeiro são os que exercem na Igreja o ministério ordenado na condição de servidores do Povo de Deus, investidos de funções de coordenação na comunidade eclesial. O segundo, o clericalismo, é o exercício da função como poder de mando de uns sobre os outros, em nome de uma pretensa dignidade sagrada superior (EG, n. 104). Também é preciso distinguir laicidade de laicismo. A laicidade diz respeito à legítima autonomia da ordem secular em relação às instituições religiosas, enquanto o laicismo constitui a negação da religião como dimensão do ser humano e, em muitos casos, a negação do direito de elas se manifestarem na ordem pública (cf. GS, n. 36, 43).

135. Participar ativamente das comunidades, em serviços e ministérios, não faz dos cristãos leigos menos leigos e mais clérigos. É importante reconhecer que o fundamento da corresponsabilidade dos cristãos leigos na missão da Igreja não está na solicitação dos pastores ao engajamento em funções, mas na inserção de todos, pelo batismo, na Igreja "Corpo de Cristo" e povo de Deus. Serviços e ministérios não são um "favor" prestado aos pastores – estes podem e devem incentivá-los –, mas brotam do íntimo de quem assume sua vocação de batizado; tampouco é uma "promoção", pois, na vocação laical, Deus já concedeu seu dom! Todos são chamados a contribuir no seio da Igreja, una e diversa, e num mundo que solicita os braços de

quem construa a justiça, trabalhe pela paz e fortaleça as mediações concretas do amor.

136. A Igreja na América Latina frequentemente alertou para o risco da clericalização. Já Puebla identificava "certa mentalidade clerical em numerosos agentes pastorais, clérigos e até mesmo leigos" (DPb, n. 784), e assinalava que os que recebem ministérios não se clericalizam, mas "continuam sendo leigos com uma missão fundamental de presença no mundo" (DPb, n. 811).

137. A tentação do clericalismo continua muito atual. O Papa Francisco alertou para isso claramente, no discurso aos bispos do CELAM, em sua viagem ao Brasil, dizendo que, "na maioria dos casos, se trata de uma cumplicidade viciosa: o sacerdote clericaliza e o leigo lhe pede por favor que o clericalize, porque, no fundo, lhe resulta mais cômodo". Em seguida, dá dois motivos principais para esta clericalização: "a falta de maturidade" e a falta "de liberdade cristã" de boa parte do laicato da América Latina.

138. O clericalismo infantiliza os leigos ou os deixa falsamente protegidos sob estruturas que os mantêm subservientes e manipuláveis, impedindo-os de se desenvolverem e se realizarem como verdadeiros sujeitos eclesiais, que assumem o dom de sua vocação laical para o serviço na Igreja e no mundo.

139. Do discurso do Papa aos bispos do CELAM brotam alguns exemplos de mediações para a superação do clericalismo e o crescimento da responsabilidade laical: "grupos bíblicos, comunidades eclesiais de base e conselhos pastorais" (Encontro com a Comissão do CELAM, Rio de Janeiro, 2013). Nossas paróquias e comunidades são chamadas a promover estudos e formação para que seja facilitado o discernimento sobre o ministério dos leigos na Igreja e no mundo.

140. O laicismo, por sua vez, é a tendência contrária que muitas vezes encontramos em grande parte do laicato: conscientes de sua responsabilidade no mundo da família, do trabalho, da cultura, da política, vão cortando os laços com a comunidade eclesial e, não raramente, fortalecendo suas tendências individualistas. Assim, acabam por perder a fonte da Palavra, dos Sacramentos e da comunidade que os alimenta e inspira. Perdem igualmente a casa à qual sempre podem retornar para saciar-se ainda mais.

141. O laicismo traz em si um apelo de revisão dos entraves que podem fazer a Igreja perder a atratividade do Cristo, a "alegria do Evangelho", a força convocatória que levou Pedro à audácia evangelizadora, que transformou Paulo de perseguidor em apóstolo até o centro de seu ser, e que impeliu a samaritana a anunciar o Cristo.

142. Acreditamos que a força de atração é sempre mais forte do que as críticas que provocam rejeição. A superação deste laicismo só pode vir da força de atração do trabalho evangelizador, de uma ação eclesial fortemente motivada pelo Espírito. Neste trabalho evangelizador, várias frentes se abrem, como o anúncio do Evangelho, o compromisso com os pobres, com a justiça, com a paz [...]. Só a perseverança neste trabalho e a renovação de suas motivações serão capazes de superar o clericalismo e o laicismo presentes na Igreja.

5.2. A Igreja encarnada no mundo

143. A autonomia do mundo, regido pelas leis próprias da natureza e pela ação livre dos seres humanos, de cada tempo e lugar, constitui, como explica o Concilio, o drama da humanidade inserida no mistério salvífico de Deus (cf. GS, n. 39).

É na ordem autônoma do mundo que Deus age e mostra seus sinais, muitas vezes para além das vontades humanas, como autor que cria um ser a Ele semelhante, livre, responsável e capaz de criar. Sendo assim, a Igreja só pode agir no mundo como servidora e dialogante e não como poder sobre o mundo. É no diálogo com as liberdades que ela pode construir na história o Reino de Deus, ainda que, muitas vezes, em pequenas ações.

144. A ação do leigo e da leiga no mundo pode ser vista de variadas maneiras. Primeiro, a ação rotineira feita nas funções diárias na casa, no trabalho e no lazer. A ação realizada no amor contribui com a construção do Reino no cotidiano e revela a própria presença de Deus. Segundo, por meio da ação dos homens e mulheres que trabalham na construção do mundo nas mais diversas frentes; Deus conduz a história ainda que o sujeito empenhado na ação não o saiba (cf. GS, n. 38). O Espírito que sopra onde quer conduz os corações e as inteligências para fazer o bem. Em terceiro lugar, atuam os leigos que se organizam em nome da fé para influenciar positivamente na construção da sociedade. Em todos os casos, a graça de Deus atua como força primeira que possibilita e leva a bom termo as ações humanas. Vale recordar a oração do salmista: "Se o Senhor não constrói a casa, em vão trabalham os construtores" (Sl 127,1).

5.3. Uma Igreja "em saída'

145. A Igreja e o mundo não são duas realidades separadas, a relação entre elas não é excludente. Ao contrário, estão inter-relacionadas e inter-orientadas. A Igreja é chamada a ser sacramento, sinal e instrumento do amor e da salvação de Deus (cf. LG, n. 1 e 48). Ela peregrina na história, como povo de Deus, "até que todas as famílias dos povos, tanto as que

estão ornadas com o nome de cristão, como as que ainda ignoram o seu Salvador, sejam felizmente congregadas na paz e concórdia, no único Povo de Deus [...]" (LG, n. 69).

146. A Igreja não deve estar voltada para si mesma, mas às alegrias e esperanças, tristezas e angústias da humanidade, "sobretudo dos pobres e dos que sofrem" (GS, n. 1). E ela se volta à humanidade como sacramento do amor de Deus, por meio da palavra, do testemunho de todos seus membros, de seus serviços, de sua oferenda, de sua liturgia (cf. CNBB, 62, n. 90).

147. Portanto, a Igreja não é um clube de eleitos nem é uma "alfândega" controladora da graça de Deus (cf. EG, n. 47). Há, no núcleo da noção de Igreja, uma abertura radical que se "estende a todos os povos da terra" (LG, n. 13). O caráter universal – católico – é dom de Deus e permite a comunicação de bens na diversidade, mantendo-se esta unidade fundamental.

148. Bem ressaltou o Papa Francisco a imagem da Igreja como "mãe de coração aberto" e "casa paterna aberta onde há lugar para todos em sua vida fatigosa" (EG, título V e n. 47). Somente assumindo esta atitude de abertura de portas é possível fazer o movimento de saída em direção a todos, de forma privilegiada aos pobres. Portas fechadas não permitem a entrada, como também inviabilizam a saída necessária de si mesma. Sim, as comunidades podem cair na tentação de se fecharem em si próprias, serem seu próprio centro, podendo tornarem-se vítimas de suas "obsessões e procedimentos" (EG, n. 52). No entanto, a Igreja não é centro, Cristo é o centro! Cristo é a "luz do mundo" (Jo 8,12) e a "luz dos povos" (LG, n. 1). A Igreja está a seu serviço. O modelo que se impõe é ser uma "Igreja em saída", em direção a todas as "periferias que precisam da luz do Evangelho" (EG, n. 20).

149. A Igreja "em saída" é a contundente proposta que nos é apresentada hoje. É o convite a uma Igreja de discípulos missionários, o que significa ousar um pouco mais na ação evangelizadora, tomar iniciativas. A comunidade missionária entra na vida diária de quem necessita, encurta as distâncias, abaixa-se e assume a vida humana, tocando na carne sofredora de Cristo no povo (cf. EG, n. 24).

150. A que me chama Deus, agora? Como sair da própria comodidade e empreender uma novidade evangélica e expansiva? É a pergunta que cada comunidade, cada clérigo, cada cristão leigo e leiga poderia se fazer, e discernir novas ações e atitudes.

5.4. Uma Igreja pobre, para os pobres e com os pobres

151. A Igreja que queremos é uma Igreja pobre, para os pobres, com os pobres e os que se encontram nas periferias existenciais. "Hoje e sempre, 'os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho', e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino" (EG, n. 48, em que o Papa Francisco cita Bento XVI). Evangelizar é "tornar o Reino de Deus presente neste mundo" (EG, n. 176).

152. A Igreja latino-americana, em Medellín, assume a opção pelos pobres (14, I, 1-2; III, 8-11), em Puebla, proclama solenemente a profética opção preferencial e solidária pelos pobres (cf. DPb, n. 1.134), reiterada nas subsequentes Conferências do Episcopado Latino-americano (DSD, n. 1178 e DAp, n. 392). A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (cf. n. 198; 199) a reafirma como categoria teológica, inspirada na preferência divina, com consequências na vida de fé de todos os cristãos, chamados a terem "o mesmo sentir e pensar que Cristo Jesus" (Fl 2,5).

153. Os pobres, descreve o Papa Francisco, ocupam lugar preferencial no coração de Deus, que se fez pobre (cf. EG, n. 197). O caminho da redenção está assinalado pelos pobres, desde o "sim" de Maria, jovem humilde de um povoado perdido na periferia de um grande império. O nascimento do Salvador se deu em um presépio, entre animais e, ao ser apresentado no Templo, a oferta de seus pais foram dois pombinhos, correspondente a quem não podia oferecer um cordeiro (cf. Lc 2,24; Lv 5,7). O lar de Jesus era simples, ele realizou trabalhos manuais, como seu pai. Em sua vida pública, Jesus foi seguido por multidões de pobres, cumprindo o que dissera na sinagoga: "o Espírito do Senhor está sobre mim, pois ele me ungiu para anunciar a Boa Nova aos pobres [...]" (Lc 4,18). Aos que o seguiam e sentiam o coração pesado e "acabrunhado pela pobreza", assegurou sua predileção pelo Reino de Deus: "Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus" (Lc 6,20). Finalmente, com eles se identificou: "eu estava com fome, e me destes de comer", ensinando que a misericórdia para com eles é a chave do Céu (cf. Mt 25,34-40).

154. O Documento de Aparecida descreve "os rostos sofredores que doem em nós": pessoas que vivem nas ruas das grandes cidades, os migrantes, os enfermos, os dependentes de drogas, os detidos em prisões (cf. DAp, n. 407-430). Mas é preciso estar atento às novas formas de pobreza e fragilidade: os sem-abrigo, os refugiados, os povos indígenas, os negros, os idosos, as pessoas que sofrem formas diferentes de tráfico, as mulheres que padecem situações absurdas de violência e maus tratos, os nascituros – os mais inocentes de todos. Pensamos também em outros seres frágeis e dependentes da criação, como o solo que desertifica, as espécies em extinção – sinais que afetam a vida na terra e das novas gerações (cf. EG, n. 210-216).

155. Toda a Igreja deve renovar seu compromisso com os pobres e com a justiça. Um apelo especial aos leigos vem de Papa Francisco: “Embora se possa dizer, em geral, que a vocação e a missão próprias dos fiéis leigos são a transformação das diversas realidades terrenas para que toda a atividade humana seja transformada pelo Evangelho, ninguém pode sentir-se exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social” (EG, n. 201).

5.5. Uma Igreja do serviço, da escuta e do diálogo

156. A Igreja deseja fazer eco à conclamação para a construção de uma “cultura do encontro”, o que implica não se fechar na própria comunidade, na própria instituição paroquial ou diocesana, no grupo de amigos, na própria religião, em si mesmo (cf. EG, n. 220; Papa Francisco, Discurso no Encontro com a classe dirigente do Brasil, 2013). Toda atitude de fechamento despreza a universalidade do Povo de Deus e bloqueia a irradiação do testemunho do amor de Deus. O encontro gera compromissos para o bem comum, com sabedoria e humildade.

157. Na cultura do encontro, todos contribuem e recebem. Trata-se de uma postura aberta e disponível, para a qual é necessária uma humildade social: estima das culturas e religiões e respeito aos direitos de cada um. Fora deste diálogo construtivo, todos perdem. O diálogo se estende a todos os níveis: gerações, povos, cultura popular, política, arte, tradições religiosas e outros. Afinal, o ser humano é intersubjetividade, constrói-se e realiza-se como pessoa nas relações com os outros. Não é uma “consciência isolada”. Trata-se de um desafio para toda a Igreja, passar de atitudes fechadas à formação de uma nova cultura, que constrói

cidadania no diálogo e que não tem medo de acolher o que o outro, o diferente, tem a oferecer. Este é espaço aberto para os leigos e leigas, nesta sociedade dilacerada pelo desrespeito ao diferente, pela intolerância e pelo medo do outro.

5.6. A ação dos cristãos leigos: "sal da terra, luz do mundo e fermento na massa"

158. Embora toda a reflexão sobre os leigos e leigas, desde o Concílio, reconheça a necessária atuação do laicato nas estruturas eclesiais, há, nesta mesma reflexão, uma ênfase à índole secular dos leigos: "A índole secular caracteriza especialmente os leigos". Eles "vivem no século, isto é, em todos e em cada um dos ofícios e trabalhos do mundo. Vivem nas condições ordinárias da vida familiar e social, pelas quais sua existência é como que tecida" (LG, n. 31).

159. Portanto, estar nas realidades temporais é também ser Igreja! A *Christifideles Laici* afirma claramente que este "estar" não é uma realidade apenas sociológica ou econômica, ela é uma "realidade teológica e eclesial, pois é aí que Deus manifesta o seu plano e comunica a vocação de procurar o Reino de Deus" (ChL, n.15).

160. Leigos e leigas, chamados à santidade, com sua ação santificam o mundo. Eles "procuram o Reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus. Lá são chamados por Deus para que, exercendo seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, a modo de fermento, de dentro, contribuam para a santificação do mundo" (LG, n. 31).

161. Os leigos e leigas entram em ambientes e situações em que nem sempre os membros da hierarquia ou mesmo os religiosos podem entrar. Eles "são especialmente chamados

a tornarem a Igreja presente e operosa naqueles lugares e circunstâncias onde apenas por meio deles ela pode chegar como sal da terra" (LG, n. 33).

162. As imagens evangélicas do sal, da luz e do fermento são particularmente significativas se aplicadas aos cristãos leigos. Falam da sua inserção profunda e da sua participação plena nas atividades e situações da comunidade humana e, sobretudo, "falam da novidade e originalidade de uma inserção e de uma participação destinadas à difusão do Evangelho que salva" (ChL, n. 15).

163. O "ser laical" da Igreja se expressa ao impregnar e penetrar as realidades temporais com o espírito cristão e ao testemunhar Cristo em todas as circunstâncias, no interior da comunidade humana, tão marcada por dinâmicas excludentes, indiferença, buscas desenfreadas de consumo e satisfação. Daí que o leigo e a leiga devam cuidar da integridade de sua consciência e seu coração, pois os diversos ambientes apresentam valores muitas vezes conflitantes e são objeto do discernimento e da ação transformadora de tantos cristãos (cf. GS, n 4; AA, n. 5). Desse modo, os leigos, protagonistas da Nova Evangelização, deverão levedar a totalidade e integridade das estruturas de convivência humana, inculturando a fé, sendo animadores e promotores do diálogo social como contribuição para a paz (cf. EG, n. 238-241). Assim, defenderão a cultura da vida, da integridade do planeta, propondo um desenvolvimento integral, solidário e sustentável (cf. CV, n. 43-52).

164. A cada tempo histórico, surgem campos prioritários da ação dos leigos e leigas. O Concílio Vaticano II cita as comunidades das Igrejas, as famílias, os jovens, o ambiente social, a esfera nacional e a internacional (cf. AA, n. 9).

Outros campos são citados na *Evangelii nuntiandi*: "O campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos 'mass media' e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento" (EN, n. 70). Na America Latina e no Brasil, vários documentos aprofundaram a presença dos leigos e leigas nesses campos conforme nossa realidade. Devemos ainda crescer muito na consciência de que o ser Igreja também está relacionado ao trabalho perseverante e esperançado neste mundo.

165. Portanto, é função própria do cristão leigo ser Igreja na sociedade civil e nos espaços públicos, atuando e participando das instâncias de construção do bem-comum e semeando nas culturas a semente de outra globalização: a da inclusão, da cidadania e do amor.

166. Os leigos e leigas contraem matrimônio, buscando, nesse sacramento, luzes e bênçãos para o amor incondicional. A Pastoral Familiar é espaço privilegiado para aprofundar, animar e conscientizar sobre a vocação matrimonial e suas exigências. Há também leigos que optam pela vida consagrada como testemunhas de fidelidade, vivenciando os sentimentos de Jesus Cristo na comunidade eclesial e por meio de uma profissão.

167. Com tudo isto, surge um desafio pastoral importante e permanente: "a formação dos leigos e a evangelização das categorias profissionais e intelectuais" (EG, n. 102). Em toda atividade, encontramos a ênfase do Papa Francisco: "ninguém pode sentir-se exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social" (EG, n. 201).

CAPÍTULO III

A AÇÃO TRANFORMADORA NA IGREJA E NO MUNDO

168. Todo cristão é chamado a ser um autêntico sujeito eclesial (cf. DAp, n. 497). A ação é uma das notas que caracterizam a noção de sujeito. O cristão é sujeito na medida em que, consciente de sua condição, exerce com discernimento e autonomia sua missão na Igreja e no mundo. A ação não pode ter um significado meramente técnico como algo que, mediante planos bem traçados, visa resultados, sobretudo resultados quantitativos e controlados. É evidente que a Igreja deve planejar suas atividades e buscar as melhores formas de organizar internamente e de atuar no mundo. A fé busca iluminar os cristãos para que, como sinais da Igreja servidora e missionária, possam, de modo consciente e decidido, agir na Igreja e na sociedade. Várias ciências podem contribuir para essa tarefa, na medida em que oferecem métodos e estratégias para uma ação bem planejada.

169. A ação da Igreja tem um movimento irradiador. Pela força do Espírito, é direcionada para fora de si mesma como servidora do ser humano, testemunha do amor de Deus revelado

em Jesus Cristo e sinal do Reino de Deus. A Igreja em saída, como bem define o Papa Francisco na Exortação *Evangelii gaudium*, é a Igreja da ação renovadora de si mesma, das pessoas e do mundo, em permanente estado de missão.

170. A ação transformadora do sujeito eclesial, na Igreja e no mundo, pode ter diferentes significados ou modos de realização:

a. Primeiramente um significado testemunhal, como presença que anuncia Jesus Cristo, por meio das ações quotidianas de cada cristão ali onde se encontra, na sua condição de cidadão comum. Essas ações podem não produzir resultados visíveis, mas contribuem de modo silencioso com a semeadura do Reino no mundo e na Igreja (cf. Mt 13,31-32). Delas todos os cristãos devem participar como pessoas que se identificam com Jesus Cristo.

b. Outro modo de agir acentua o aspecto da ética e da competência cidadã, quando cada cristão vive sua fé exercendo, da melhor forma possível, sua própria atividade profissional, contribuindo, assim, para a construção de um mundo justo e solidário.

c. A ação do sujeito eclesial pode também ser uma ação reconhecida e organizada na forma de serviços, pastorais, ministérios e outros grupos organizados pela própria Igreja. Sua operosidade e visibilidade são notadas dentro e fora dela.

d. Outro modo é a inserção na vida social. Este exige discernimento das conjunturas, organização grupal, planejamento e militância. Nesse campo de ação, as chamadas pastorais sociais (cf. Site da CNBB – Pastorais e

Organismos) se dedicam às mais variadas atividades visando não só a assistência imediata, mas também a conscientização, meios de organização e atuação na vida política, tendo em vista contribuir para a transformação da sociedade.

171. Essas modalidades de ação inter-relacionam-se e integram em seu conjunto a vida cristã na Igreja e na sociedade. Ainda que determinados sujeitos se encontrem de modo direto envolvidos em uma das modalidades, todos são chamados a viver a comunhão de ação dentro da comunidade eclesial, sem um considerar-se melhor do que o outro (cf. 1Cor 3,5-7). Em todos os tipos de ação, o sujeito eclesial fortalece a consciência de pertença eclesial. Na mesma comunidade, exerce a sua missão como membro de um corpo comum: "Deus é quem dispôs cada um dos membros do corpo, segundo a sua vontade" (1Cor 12,18).

1. Significados e critérios da ação do sujeito cristão na Igreja e no mundo

172. O cristão é sempre vigilante e ativo. O discernimento das condições em que se encontra e a busca dos meios mais coerentes e eficazes de agir constituem tarefas permanentes que solicitam a atitude profunda de fé e o aprofundamento da razão. Conhecer bem onde agir, quando e como agir, com a sabedoria do discípulo de Jesus Cristo, caminho, verdade e vida (cf. Jo 14,6), é compromisso de cada um dos que se dispõem a seguir o Mestre. O mundo será sempre um desafio para a ação do sujeito eclesial em prol de sua transformação e um desafio à própria Igreja, para que busque os meios mais coerentes de servir a todos, de modo particular os pobres.

173. O Reino de Deus é o horizonte maior e a reserva inesgotável de justiça e de fraternidade que orienta a ação transformadora dos cristãos no mundo; reserva que nenhuma situação histórica poderá esgotar e que anima cada geração a buscar as condições mais adequadas para a convivência de todos os filhos de Deus. Por essa razão, torna-se possível falar sempre em transformação do mundo e da Igreja. A força do Reino coloca todo sujeito eclesial em postura ativa; em atitude de prontidão para o serviço, buscando as formas concretas em que o amor afaste o ódio, o diálogo vença os antagonismos, a solidariedade supere os isolamentos, a justiça suplante as injustiças.

174. A ação dos sujeitos cristãos, por seu caráter concreto, será antes de tudo local, e começa no lugar onde vivem e trabalham. Ser cristão é um modo de ser e uma atitude que exigem que cada um seja um sinal visível de Jesus Cristo, onde se encontra. Nesse sentido, será necessário que cada comunidade, paróquia, diocese e a Igreja, no Brasil como um todo, tenham bem claro quais as urgências e as estratégias para as quais deve ser encaminhada a ação dos leigos. As orientações gerais, aqui apresentadas, devem ser assumidas pelas comunidades e dioceses, respeitadas as realidades particulares.

175. O Papa Francisco sugere alguns critérios que nos iluminam na resposta aos apelos da Nova Evangelização.

Critérios gerais

a. A ação evangelizadora inclui sempre a Igreja, a sociedade e cada sujeito individual como força renovadora e razão de ser da ação de todo Povo de Deus. Esse critério geral perpassa a Exortação *Evangelii gaudium* e exige que toda ação do povo de Deus, sujeito coletivo que evangeliza,

considere esses três espaços tanto como lugares e destinatários concretos da evangelização, quanto dimensões que se interligam nos projetos missionários.

b. A ação é sempre discernimento das realidades concretas. Esse critério geral vincula a Igreja ao mundo de modo orgânico e exige que cumpra seu papel profético. O mundo é uma realidade a ser constantemente discernida. Não deve ser rejeitado ou assumido por si mesmo e em qualquer condição. Dentro do mundo, a Igreja busca demarcar sua posição a partir do Reino de Deus; rejeita tudo o que vai contra o Reino, inclusive as influências negativas da sociedade e da cultura atual (mundanismo) dentro dela; assume aquilo que os tempos atuais oferecem de positivo para a vida humana e que constituem já sinais do Reino na história.

c. A ação é preferível à estabilidade e à estagnação. Todos somos convidados a sair da própria comodidade e a alcançar as periferias que precisam da luz do Evangelho (cf. EG, n. 20). "Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças" (EG, n. 49).

d. A ação tem um foco concreto: a opção pelos pobres. A solidariedade e a defesa da vida humana, sobretudo onde ela é negada, constitui mandato de Jesus. Esse imperativo da encarnação na realidade exige que a evangelização assuma a vida do povo, se encontre com o sofredor onde Cristo se faz presente (cf. EG, n. 24).

e. O diálogo com o mundo social, cultural, religioso e ecumênico deve promover a cultura do encontro e a inclusão do outro na vivência da fraternidade (cf. EG, n. 238).

f. A ação deve considerar a "primazia do humano", antes de qualquer outra, sob o risco de cair em idolatrias (cf. EG, n. 55).

Critérios específicos

176. Além desses critérios gerais, o Papa enumera explicitamente quatro princípios específicos que visam contribuir para a "construção de um povo de paz, justiça e fraternidade" (EG, n. 221):

1º. O tempo é superior ao espaço. Dar prioridade ao tempo é ocupar-se mais com iniciar processos do que possuir espaços. Trata-se de privilegiar as ações que geram novos dinamismos na sociedade e comprometem outras pessoas e grupos que os desenvolverão até frutificarem em acontecimentos históricos, sem marcha à ré. É necessário planejar e esperar os resultados da ação em um horizonte mais amplo, dentro do qual a paciência aguarda os frutos amadurecerem, a esperança supera todos os desânimos e a fé transcende os imediatismos da ação que visa resultados para construir a plenitude da existência humana (cf. EG, n. 223).

2º. A unidade prevalece sobre os conflitos. A ação se depara sempre com situações conflitantes. A convicção de que a unidade é um princípio superior que norteia a ação permite encarar de frente o conflito e buscar caminhos de superação na direção de uma comunhão maior, anterior e para além dos conflitos, por si mesma capaz de agregar as diferenças. Para tanto, é necessário acolher e respeitar a dignidade dos outros, suas potencialidades, descobrindo sempre neles Jesus Cristo que tudo unificou em si. Ele é nossa Paz (cf. EG, n. 228; 229).

3º. A realidade é mais importante que as ideias. A ação transformadora ocorre, evidentemente, a partir de um ideal transformador. Contudo, esse ideal não pode dispensar o realismo que percebe e acolhe a realidade concreta com seus desafios em cada momento da ação. A realidade é o lugar da encarnação da Palavra de Deus no decorrer da história de ontem e de hoje. Por isso, o cristão leigo é chamado a vivenciar no seu dia a dia o mistério da encarnação.

4º. O todo é superior à parte. O global e o local estão, mais do que nunca, em tensão em nossos dias. Ainda que a parte seja o lugar imediato da ação e da encarnação do ideal, em termos de discernimento e de encaminhamento das ações, é necessário ter sempre como horizonte maior a pessoa de Jesus Cristo e o seu Reino. Desse modo, se evitarão todas as formas de isolamentos locais e de relativismos individualistas.

2. A organização do laicato

177. O povo de Deus, presente na história como sinal e agente do Reino, busca sempre os meios mais adequados e possíveis para exercer sua missão. Organiza-se como um sujeito social, como um corpo que pretende agir em conjunto de modo eficaz. O cristão leigo, maior parte desse conjunto do Povo de Deus, alimentando-se dos valores do Reino e consciente dos desafios do mundo, encontrou ao longo da história os meios próprios de sua ação. Os exemplos são muitos e devem ser situados em cada tempo e lugar. Se olharmos para o passado, podemos encontrar variadas formas de organização nas quais os cristãos souberam achar modos organizativos para exercer sua missão, mesmo quando

certa concepção de Igreja os colocava como consumidores passivos dos bens por ela oferecidos. Nesses contextos culturais e eclesiais, nasceram organizações que se apresentaram como corporações de direito e de dever de um laicato vocacionado a influenciar nos destinos da história, do poder e da sociedade de um modo geral.

178. Mais que no passado, temos hoje as bases eclesiológicas, as condições eclesiais, assim como as condições sociais, políticas e culturais para que o cristão leigo exerça sua missão como autêntico sujeito eclesial, apto a atuar na Igreja e na sociedade e a promover uma relação construtiva entre ambas. Não obstante essas condições favoráveis, constatamos ainda grandes dificuldades para uma verdadeira corresponsabilidade em que os cristãos leigos e leigas não sejam considerados simples colaboradores do clero (*cf. Mensagem do Papa Bento XVI à VI Assembleia Ordinária do Foro Internacional da Ação Católica em Iasi, Romênia, 10 de agosto de 2012*).

179. A Exortação *Christifideles laici* reconhece que a necessidade de organização do laicato, além de sua fundamentação espiritual e eclesiológica, pode brotar das exigências atuais da sociedade. O cristão leigo pode se organizar como um sujeito social, "isto é, com a ação de um grupo, de uma comunidade, de uma associação, de um movimento" (ChL, n. 29d). Em grupo organizado, os cristãos possibilitam ambientes de vida comum, apoio mútuo na ação, afinidades de ideias e objetivos comuns e bases de sustentação para as próprias estratégias de ação.

180. Há que se relembrar também que toda organização parte do princípio da sociabilidade: ninguém vive sozinho, mas con-vive ou ao menos "vive junto com". Isso faz com que,

queiramos ou não, interajamos com tudo e com todos, com o mundo, com a história, como numa grande teia, e nesse processo o ser humano vai construindo sua história pessoal que, ao mesmo tempo, é comum aos demais. É o campo das relações onde as pessoas se promovem, se constroem como sujeitos ativos e responsáveis, porque aprendem a se conhecer, põem em comum, por si próprios, seus pensamentos, suas decisões, suas contribuições ao ambiente em que vivem. É o que chamamos de construção do ser sujeito e de sua socialização. As organizações afins dão espaço à liberdade de falar, de se manifestar, favorecendo a autonomia e o ser sujeito.

181. É nesse sentido que o Papa João XXIII, reconhecendo a necessidade das associações, dos grupos organizados como "sinal do tempo" moderno diz que: "A socialização é um dos aspectos característicos da nossa época. Consiste na multiplicação progressiva das relações dentro da convivência social e comporta a associação de várias formas de vida e de atividades e a criação de instituições jurídicas. O fato deve-se a múltiplas causas históricas, como os progressos científicos e técnicos, à maior eficiência produtiva e ao aumento do nível de vida" (MM, n. 56). A Encíclica *Pacem in terris* também nos ilumina quando diz que, "Como tanto inculcamos na Encíclica *Mater et magistra*, é de todo indispensável que se constitua uma vasta rede de agremiações ou organismos intermediários, adequados a fins que os indivíduos por si sós não possam conseguir de maneira eficaz; semelhantes agremiações e organismos são elementos absolutamente indispensáveis para salvaguardar a dignidade e a liberdade da pessoa humana, sem lhe comprometer o sentido da responsabilidade" (PT, n. 23).

182. A temática da organização do laicato foi tratada pelo Concílio Vaticano II a partir dos pressupostos eclesiológicos presentes na Constituição *Lumen gentium*. Como membro da Igreja, o leigo tem o direito de se organizar para exercer sua missão. Assim diz o Decreto *Apostolicam actuositatem*: "é absolutamente necessário que se robusteça a forma associada e organizada do apostolado no campo de atividade dos leigos. É que só a estreita união das forças é capaz de conseguir plenamente os fins do apostolado de hoje e de defender com eficácia os seus bens" (AA, n. 18). Por isso, "respeitada a devida relação com a autoridade eclesiástica, os leigos têm o direito de fundar associações, governá-las, e, uma vez fundadas, dar-lhes um nome" (AA, n. 19).

183. O mesmo Decreto expõe com clareza que a fonte do apostolado dos leigos é "a sua união com Cristo-Cabeça" (AA, n. 3), em consequência do Batismo e da Confirmação. E, nessa perspectiva, participam da missão da Igreja (AA, n. 2). Os padres conciliares sublinharam que os leigos e leigas têm o direito e o dever do apostolado, que se realiza de maneira particular na sociedade, nas realidades vividas no mundo (cf. AA, n. 3). O Decreto salientou duas formas de apostolado: o individual e o grupal. O primeiro "é princípio e condição de todo apostolado. [...] é o testemunho de toda vida leiga, emanando da fé, esperança e caridade" (AA, n. 16). O apostolado em grupo "corresponde [...] à exigência dos fiéis, tanto do ponto de vista humano quanto cristão, e é, ao mesmo tempo, sinal da comunhão e unidade da Igreja em Cristo [...]"; pode ser uma resposta quando há exigência de uma ação comum (AA, n. 18). Nas diversas circunstâncias "[...] é de extrema necessidade que no ambiente da atividade dos leigos se fortaleça a forma de apostolado em grupo organizado" (AA, n. 18). As Associações de Leigos se inserem no apostolado em grupo.

184. A questão da liberdade de ação e de organização dos leigos, abordada em várias ocasiões pelo Concilio (cf. LG, n. 37; PO, n. 96 e AG, n. 21) é explicitada no Decreto sobre o Apostolado dos Leigos como "[...] direito dos leigos de fundarem grupos e dirigirem-nos, bem como inscreverem-se nos existentes" (AA, n. 19). Tratava-se de um fato histórico-eclesial que vinha do século passado e que tomara a forma mais expressiva, sobretudo na grande frente conhecida como Ação Católica. Os padres conciliares reconheceram a existência de várias associações e outras iniciativas por parte dos leigos e abordaram a necessidade de uma "coordenação", bem como as relações com a hierarquia (cf. AA, n. 24). No horizonte da cooperação, encontramos a indicação: "Nas dioceses, enquanto for possível, existam conselhos que auxiliem a obra apostólica da Igreja [...]. Tais conselhos poderão servir para a mútua coordenação dos vários grupos e iniciativas dos leigos, mantendo-se a índole própria e autonomia de cada um deles" (AA, n. 26).

185. As Conferências do Episcopado Latino-americano, partindo das orientações conciliares, das urgências do continente e da prática dos leigos nas diversas Igrejas locais, deram passos significativos em relação à organização dos cristãos leigos. Em Medellín, os bispos sugeriram estudos para a criação de um Conselho (cf. DMd 10, n. 19), conforme orientação da *Apostolicam actuositatem*, 26. Os bispos, em Puebla, afirmaram: "Manifestamos nossa confiança e decidido estímulo às formas organizadas de apostolado dos leigos, porque: a organização é sinal de comunhão e participação da Igreja; enseja a transmissão e crescimento das experiências e a permanente formação e capacitação de seus membros. [...] numa sociedade que se estrutura e planifica sempre mais, a eficácia da atividade apostólica depende também da organização" (DPb, n. 800, 801, 803).

186. O Papa João Paulo II na Exortação Apostólica *Christifideles Laici* reconhece a liberdade de associação dos leigos: "É necessário reconhecer-se a liberdade associativa dos fiéis leigos na Igreja. Essa liberdade constitui um verdadeiro e próprio direito que não deriva de uma espécie de 'concessão' da autoridade, mas que promana do Batismo" (ChL, n. 29). Mais que isso, o Sínodo insiste que, na Igreja, "Todos, pastores e fiéis, temos a obrigação de favorecer e alimentar constantemente os vínculos e as relações fraternas de estima, cordialidade e colaboração entre as várias formas agregativas de leigos" (ChL, n. 31).

187. A organização dos cristãos leigos e leigas constitui um direito decorrente do Batismo e uma forma de servir, de modo responsável e mesmo eficiente, ao Evangelho, nas esferas da Igreja e no mundo. O risco de oposição dessas esferas constitui certamente uma tentação do passado e do presente que deve ser evitada, como alertou o Papa João Paulo II: "a tentação de mostrar exclusivo interesse pelos serviços e tarefas eclesiais, de forma a chegarem frequentemente a uma prática abdicação das suas responsabilidades específicas no mundo profissional, social, econômico, cultural e político; e a tentação de legitimar a indevida separação entre a fé e a vida, entre a aceitação do Evangelho e a ação concreta nas mais variadas realidades temporais e terrenas" (ChL, n. 2). Por outro lado, os diferentes carismas associativos, que por certo agregam os fiéis em missões e frentes especificas, não podem perder o vínculo com o carisma fundamental da vida eclesial. O sujeito eclesial exerce sua cidadania com consciência, autonomia e ação, a partir de sua pertença eclesial nas comunidades eclesiais locais.

188. Dessa forma, o processo de autonomia de ação e organização do laicato se realiza no interior da comunidade eclesial

e, portanto, na comunhão com os seus pastores, que têm como missão garantir a unidade e promover a diversidade dentro do mesmo corpo organicamente estruturado. O desafio desse equilíbrio, entre a autonomia e a comunhão eclesiais, é que faz com que a Igreja se distinga de uma agregação de interesses individuais isolados ou de uma seita comunitarista que dispensa as liberdades individuais em nome da norma comum.

3. Presença, organização e articulação dos leigos no Brasil

189. A organização dos leigos em função da sua ação apostólica, desde o século passado até os dias atuais, na Igreja no Brasil, buscou responder aos desafios da Igreja e da sociedade brasileira nos diferentes momentos e modelos existentes. Durante a primeira metade do século XX, constatamos a presença das irmandades, das confrarias e associações, algumas delas herdadas de séculos anteriores, numa dimensão mais espiritual e/ou de assistência. Em geral, eram conduzidas pelo clero. Visando ter uma maior presença e atuação na sociedade brasileira, dentro do modelo da Igreja vigente, os bispos, em particular o Cardeal Sebastião Leme, buscaram articular essas várias formas organizativas. Nesse sentido, criaram a Confederação das Associações Católicas que atuaram, entre outras, em dioceses e arquidioceses como Rio de Janeiro, São Paulo e Olinda e Recife.

190. Em 1935, no Brasil, foi oficializada a Ação Católica Geral e, mais tarde, a Ação Católica Especializada – ACE (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC). Articulada em âmbito nacional, teve presença significativa na realidade eclesial e social naquele período. Nos anos que antecederam o Concílio Vaticano II, os membros da Ação Católica foram descobrindo que a sua

ação decorria do batismo recebido e não de um mandato do bispo. Esta nova consciência gerava o compromisso com a ação transformadora da sociedade, buscando impregná-la dos valores evangélicos. Segundo Dom Marcelo Carvalheira, "O certo é que no seio da Ação Católica se foram definindo as relações da Igreja com o mundo, numa superação dos velhos esquemas da antiga cristandade. Como também se delinearam, de modo sempre mais inequívoco, os traços da teologia do laicato e, por conseguinte, o estatuto próprio do leigo na Igreja, conforme iria aparecer, com todo peso, no Concílio Vaticano II" (1983, p. 22).

191. Nos anos que se seguem ao Concílio, em consequência do espírito e dos documentos conciliares, emergiu a consciência dos leigos e leigas como Povo de Deus e sujeitos eclesiais. Nesse horizonte, constatamos a busca de atualização das entidades existentes, o crescimento da sua presença e o surgimento de inúmeras iniciativas que brotaram na vida da Igreja no Brasil e outras vindas de Igrejas de outros países. Certamente é uma tarefa difícil abordar a riqueza e a diversidade dessa presença e atuação. Vale explicitar algumas delas:

192. As Comunidades Eclesiais de Base – as CEBs, constituídas no Brasil, desde os anos 60 do século passado, vêm sendo espaço privilegiado e majoritário de participação de leigos e leigas em comunhão com os pastores. A prática eclesial dessas Comunidades possibilitou a consciência de seus membros, particularmente dos pobres, de ser Povo de Deus, de que sua pertença à Comunidade decorre do seu Batismo. As CEBs têm a Palavra de Deus como centro, uma dimensão missionária e engajam-se nas lutas de transformação da sociedade na perspectiva do Reino de Deus. É "uma forma privilegiada de vivência comunitária

da fé" (DGAE 94, n. 102). Como expressão de comunhão e sinodalidade, realizam, desde 1975, os Encontros Intereclesiais das CEBs. As CEBs foram destacadas em documentos eclesiais recentes, em especial na Mensagem ao Povo de Deus sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CNBB 92), no Documento de Aparecida, nas DGAE 2011-2015 e na Mensagem do Papa Francisco aos participantes do 13º Intereclesial das CEBs.

193. Outro espaço importante, de ação dos leigos e leigas, são as Pastorais Sociais. Significam a solicitude e o cuidado de toda a Igreja missionária diante de situações reais de marginalização, exclusão e injustiça. Essas pastorais envolvem presbíteros, diáconos, religiosos e uma significativa maioria de leigos e leigas. A sua perspectiva de atuação deve ser profético-transformadora, indo além do assistencialismo. Nesse conjunto, podemos situar, também, várias entidades como a Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP; o Conselho Indigenista Missionário – CIMI; a Comissão Pastoral da Terra – CPT; o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – IBRADES; o Centro Nacional de Fé e Política "D. Helder Camara" – CEFEP, e outros. Nesses últimos 50 anos, muitos vêm contribuindo com organismos e ações no campo do ecumenismo e do diálogo inter-religioso.

194. Ressaltamos a participação do leigo jovem na Igreja e no mundo. Em continuidade da Ação Católica Especializada, os trabalhos pastorais com a juventude se reorganizaram através das Pastorais da Juventude (juventude do meio popular, juventude de base de paróquias, juventude estudantil e juventude rural), respondendo aos apelos dos jovens nos vários meios sociais. Essas pastorais retomam o papel missionário do jovem leigo no seio da Igreja e na sociedade. Mediante sua organização diocesana, regional

e nacional, constroem diretrizes que orientam sua ação transformadora à luz da Palavra de Deus e dos documentos da Igreja.

195. A participação e presença dos leigos e leigas acontecem, também, na dinâmica interna da comunidade eclesial: nos Conselhos Paroquiais, Diocesanos e Econômicos; nas Assembleias e Sínodos Diocesanos; nas diversas pastorais que animam e sustentam as comunidades, paróquias e dioceses; na iniciação à vida cristã e na catequese permanente assumidas por número significativo de jovens e adultos e outros ministérios.

196. Apresentamos, nos números anteriores, duas formas de articulação do laicato que estiveram presentes no Brasil: a Confederação das Associações Católicas e a Articulação Nacional da Ação Católica. Nos anos de 1970, como fruto do Concílio Vaticano II, na Igreja no Brasil, criou-se, como organismo de articulação do laicato, o então Conselho Nacional dos Leigos – CNL, hoje Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB. Recordemos alguns elementos históricos desse processo.

197. O engajamento dos militantes da Ação Católica - AC na política, no começo da década de 1960, e os conflitos com a hierarquia e outros segmentos leigos, bem como o golpe militar em 1964, com sua repressão, levaram os movimentos, em particular a AC, a viver um período de crise que resultou na extinção da JUC e da JEC. Essa crise vivida pela Igreja foi reconhecida em documento da CNBB, em maio de 1970, na XI Assembleia dos Bispos do Brasil. Para encarar essas tensões e restabelecer o diálogo, o Secretariado Nacional do Apostolado Leigo – SNALE, atual Setor Leigos, apresentou a proposta de que a temática da Assembleia de 1970 fosse "Leigos", o que foi aceito. Para

esse diálogo, participaram dessa Assembleia cerca de 31 leigos de diversos movimentos. Após reflexão, trabalhos de grupos e plenários, os bispos presentes votaram vários encaminhamentos. Entre as questões estava a seguinte: "Aceita que o SNALE comece já a preparar o funcionamento de um futuro organismo de leigos?". A maioria manifestou-se favoravelmente, com a seguinte votação: 147 sim, 23 sim com reservas e 3 não (CNBB, 1970, p. 23-26). O SNALE deu andamento à proposta votada organizando três Encontros Nacionais com cerca de 20 movimentos, em 1972, 1973 e 1974, que elaboraram um projeto de criação de um organismo dos leigos e leigas do Brasil. Nas Assembleias desses movimentos, realizadas em 1975 e 1976, foi criado o Conselho Nacional dos Leigos – CNL, aprovado o seu primeiro estatuto e eleitos os primeiros dirigentes. O Conselho nasceu da decisão da CNBB e dos movimentos que participaram nos referidos encontros e assembleias. Ao longo da sua história, o CNL foi se estruturando em Conselhos Regionais e Diocesanos e tem conseguido agregar movimentos e associações laicais e leigos de quase todas as regiões do Brasil.

198. A Conferência Episcopal expressou o reconhecimento dessa articulação do laicato brasileiro em suas Diretrizes e Planos quadrienais. Explicitaremos algumas referências. Nas Diretrizes 1975 – 1978, encontramos: "Incentivar e apoiar a organização do já decidido Conselho Nacional de Leigos, mantendo um relacionamento constante [...]" (CNBB, 4, p. 36). No quadriênio 1983 – 1986, um dos destaques foi "Leigos". A preocupação da organização nos diferentes níveis está presente. No item "A busca de uma caminhada comum" está registrado: "O que pode ser feito para favorecer a organização e articulação dos leigos em nível paroquial, diocesano, regional e nacional?" (CNBB, 28, p. 221).

Na 23ª Assembleia, em 1985, foi analisado o tema "Leigos", como contribuição à preparação do Sínodo sobre os leigos, que estava previsto para 1986. Participaram 18 leigos e leigas, sendo 13 homens e 5 mulheres, de diferentes profissões. O CNL apresentou, num painel, os dados de um levantamento junto aos leigos do Brasil (cf. CNL, 1985, p. 3-7).

199. Nesse processo, os leigos e leigas foram reconhecendo a necessidade de se organizarem, conforme sua vocação. Segundo Dom Marcelo Carvalheira, "Sem essa organização em conselhos próprios, fundamentados no mistério da Igreja comunhão e missão e, consequentemente, na teologia dos ministérios, parece-nos impossível enfrentar, hoje, no mundo atual com toda a sua complexidade, o desafio da nova evangelização. Daí ser necessário que não só participem de conselhos mais diversificados e, em si mais significativos da comunhão eclesial, como os conselhos pastorais, paroquiais ou diocesanos, nos quais se acham também sacerdotes e religiosos (ChL, n. 25 e 27), mas também, de modo mais específico e com a autonomia que lhes cabe, é preciso que se organizem em conselhos especiais de leigos nos vários níveis diocesanos, regionais e nacional. Há problemas na evangelização do mundo hoje a que só os cristãos leigos articulados e até organizados oficialmente podem dar resposta, também como Igreja inserida no mundo. Serão organizações análogas aos de outros grupos organizados em conferências, conselhos e comissões" (1989, p. 1580-1587).

200. O tema "Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas" foi refletido na Assembleia da CNBB de 1998. O resultado foi publicado como documento de estudos da CNBB com o número 77. Após estudos nas dioceses e nas diferentes expressões laicais, inclusive na IV Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus, foi aprovado na Assembleia

da CNBB de 1999, conhecido como documento 62. Sobre as diferentes formas de organização os bispos afirmaram: "É desejável que em sua missão os cristãos leigos, superando eventuais divisões e preconceitos, **busquem valorizar suas diversas formas de organização, em especial os Conselhos de Leigos em todos os níveis**" (2002, 191, p. 127). [...] "Desde 1976, por iniciativa da CNBB, a organização dos leigos é promovida pelo Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil (CNL)" (CNBB, 62, n. 192).

201. Em 2004, a CNBB aprovou o novo estatuto do CNLB, como uma Associação Pública de Fiéis, como assevera o Cân. 215 do Código de Direito Canônico. O CNLB, objetivando a articulação e a integração das diversas organizações do laicato, busca despertar nos leigos e leigas a consciência crítica e criativa, estimula sua participação nas instâncias internas da Igreja como sujeitos eclesiais plenamente vocacionados. Prioritariamente, entretanto, está o objetivo de criar e apoiar mecanismos de formação e capacitação que ajudem o laicato a descobrir sua identidade e missão de pessoas de fé, com vistas à construção de uma sociedade justa e fraterna, sinal do Reino de Deus. Nesse horizonte, quer ser presença e atuar nos campos da política, da economia e da cultura do país; contribuir na definição de políticas públicas que atendam os pobres e marginalizados da sociedade.

202. Ainda no século passado, vários leigos e leigas, em função de melhor contribuírem na realização de todo apostolado da Igreja, foram chamados e suscitados por diferentes desafios e carismas a criar Movimentos, Associações, Serviços Eclesiais e outras formas organizativas. O Vaticano II reconheceu as várias formas de organização do laicato, como expôs o Decreto sobre o Apostolado dos Leigos no seu capítulo

IV. Reconheceram os padres conciliares que "muitas são as formas pelas quais os leigos edificam a Igreja, santificam e animam em Cristo o mundo" (AA, n. 16). Ressaltaram também que esses vários grupos organizados não constituem um fim em si mesmos, mas hão "de servir ao cumprimento da missão da Igreja no tocante ao mundo" (AA, n. 19). Desde o Concílio, essas organizações se diversificaram enormemente em inúmeros grupos e em especificidades de ação, tanto em formas associativas internas às Igrejas particulares, quanto em associações de nível nacional e internacional. Alguns deles vieram a compor grupos com forte presença nas Igrejas particulares de diversos países. Sob variados formatos eclesiais e institucionais, essas agregações significaram uma riqueza para a Igreja; responderam, cada qual a seu modo, aos chamados da própria Igreja ao compromisso dos leigos, assim como aos desafios advindos de muitos contextos sociais, políticos e culturais.

203. Surgiram também, como frutos do Concílio Vaticano II, os assim denominados Novos Movimentos. Todas essas formas estão presentes na caminhada da Igreja no Brasil. O Papa João Paulo II, na Carta Encíclica *Redemptor hominis*, afirmou: "um idêntico espírito de colaboração e corresponsabilidade [...] se difundiu também entre os leigos, não apenas confirmando as organizações de apostolado já existentes, mas criando outras novas, que não raro se apresentam com um aspecto diferente e uma dinâmica especial" (RH, n. 5). Em vários outros documentos dos Papas João Paulo II e Bento XVI, foram apresentados como resposta providencial para a Nova Evangelização.

204. A Igreja conta hoje com uma gama variada de associações que agregam leigos, outras que agregam leigos e clérigos, e outras ainda, leigos e leigas consagrados, cada qual com seu

carisma e com seus modos próprios de organização e seus métodos de ação. Trata-se de uma variedade que ganha visibilidade como grupo identitário dentro e até mesmo fora dos espaços eclesiais. Reconhecemos ao mesmo tempo a riqueza dessa diversidade e os desafios para a vivência eclesial no espírito da unidade na diversidade.

205. Na esteira dos novos movimentos, muitos leigos e leigas, algumas vezes com cristãos ordenados e/ou religiosos, fundaram outra forma organizativa denominada de Novas Comunidades. Essa expressão "[...] embora recente, tem se difundido largamente, para referir-se a uma forma associativa, em grande parte nova na Igreja, diferenciando-se das comunidades paroquiais, das comunidades eclesiais de base e das comunidades religiosas, bem como dos demais movimentos" (CNBB, Subsídios Doutrinais, n. 3). No Brasil, a primeira teve início em 1978. Na sua maioria nascidas da espiritualidade da Renovação Carismática Católica, mas com características próprias. Hoje existe no Brasil um número expressivo de Novas Comunidades. Na sua organização, bebem das orientações da Exortação Apostólica Pós-Sinodal Vita consecrata. Esta faz referência a "novas formas de expressões de vida consagrada" (VC, n. 12) e "novas formas de vida evangélica" (VC, n. 62).

206. As novas comunidades têm emergido com significativa força, centradas fortemente nos laços comunitários, que pedem de cada membro uma adesão estável, visível e institucionalizada. Elas são compostas de vários estados de vida e se dedicam às mais variadas causas e frentes de ação. Muitas delas configuram um espaço misto de vida leiga, vida religiosa e vida clerical. De um modo geral, parecem seguir um percurso institucionalizador, que vai do laical ao clerical, do direito local ao pontifício, do local ao universal.

207. Essas formas de organização nascem como desejo de servir à Igreja, na realização da sua missão de anunciar Jesus Cristo e na construção do Reino de Deus. No decorrer da história, muitas dessas formas de organização do laicato explicitadas nos números anteriores tiveram um relacionamento inicial com a Igreja marcado por tensões, dificuldades e sofrimentos, até encontrar forma de reconhecimento. Para superar as possíveis tensões que permanecem, o caminho é a busca de inserção das várias expressões laicais nas Igrejas Particulares e o acolhimento, por parte das referidas Igrejas, dessa diversidade de carismas. "É muito salutar que não percam o contato com esta realidade muito rica da paróquia local e que se integrem de bom grado na pastoral orgânica da Igreja particular. Esta integração evitará que fiquem só com uma parte do Evangelho e da Igreja, ou que se transformem em nômades sem raízes" (EG, n. 29).

208. As Pastorais, Movimentos, Associações, Serviços Eclesiais, Novas Comunidades e outras expressões possuem o seu processo formativo sistemático em função dos seus carismas e objetivos. No entanto, as pessoas que aí se inserem não podem prescindir da participação de uma comunidade eclesial presente no centro, no bairro, em periferias mais distantes da cidade ou na área rural, bem como da formação desenvolvida na Igreja diocesana. A autonomia de cada movimento só tem sentido dentro da maior comunhão eclesial e se concretiza nas formas de inserção e vínculos com as Igrejas Particulares e comunidades eclesiais locais. Nenhuma organização de leigos, mesmo tendo base nacional ou internacional, deve se sobrepor a essa eclesialidade concreta.

209. Todas as formas de associação existem para a edificação da Igreja e para contribuir com a sua missão no mundo. Esse critério teológico-pastoral é concreto e deverá orientar toda a diversidade das organizações de ontem e de hoje que respondem aos apelos do Espírito para servir a Igreja, de modo especial os pobres. Nesse sentido, são de grande atualidade as orientações dadas pelo Apóstolo Paulo à comunidade de Corinto: os dons existem para a edificação da Igreja e não podem servir como busca de poder religioso dentro da comunidade (cf. 1Cor 12,22-3,14).

210. Desse modo, podemos resumir os princípios que devem orientar a organização do laicato nas formas antigas e novas:

a. autonomia organizativa de direito dos batizados com plena pertença eclesial;

b. universalidade que transcende os grupos locais e inserção nas Igrejas Particulares;

c. carisma particular e organização interna com a busca dos meios de edificação da Igreja como um todo;

d. identidade confessional e inserção efetiva no mundo pela causa do Reino de Deus;

e. norma de vida interna e discernimento dos apelos advindos da realidade atual;

f. espiritualidade específica do grupo e diálogo com outros sujeitos eclesiais;

g. experiência individual da fé e suas expressões comunitárias, com o discernimento dos sinais dos tempos.

211. Expressamos nossa alegria pela significativa presença e atuação dos leigos e leigas, das suas organizações nas

comunidades, paróquias e dioceses, bem como no enfrentamento dos grandes desafios de nosso país, na busca da transformação dessa realidade e da construção de uma nova sociedade. Reconhecemos o direito e a autonomia das diferentes formas de organização e articulação do laicato expressos nos documentos do Concílio Vaticano II, no Código de Direito Canônico, no Magistério Eclesial, da América Latina e do Brasil. Agradecemos a Deus os milhares de cristãos leigos e leigas que, a partir do reconhecimento da sua vocação e missão, atuam com amor e disponibilidade nas comunidades, pastorais, grupos, equipes de serviços, movimentos e novas comunidades, especialmente em suas coordenações e nos conselhos pastorais, comunitários, paroquiais e econômicos.

212. O diálogo entre todos os membros da Igreja é o caminho para o testemunho da fraternidade e da unidade. As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2011-2015 afirmam: "A variedade de vocações, carismas, espiritualidades e movimentos é uma riqueza e não motivo de competição, rejeição ou discriminação. Grande é o desafio da educação para a vivência da unidade na diversidade, fundada no princípio de que todos são irmãos e iguais em dignidade. Quanto maior for a comunhão, tanto mais eficaz o testemunho de fé da comunidade" (CNBB, 94, n. 98).

4. A formação do laicato

213. Sabemos que cada organização laical assume a formação de seus membros como tarefa primordial, o que exige empenho de todos para que ela se realize. Sem uma formação permanente, contínua e consistente, o sujeito eclesial corre o risco de estagnar-se em sua caminhada eclesial. A

formação precisa considerar as dimensões humana, teológica, espiritual e pastoral que constituem o sujeito eclesial e sua integralidade. Na medida em que for capaz de conjugar o teórico com o prático, contribuirá com a vitalidade da comunidade eclesial.

214. Dever-se-á distinguir diferentes níveis de formação no âmbito da comunidade eclesial, de forma a oferecer aos distintos sujeitos o que for conveniente e necessário à sua compreensão e vivência da fé em sua faixa etária biológica ou eclesial, começando com a iniciação à vida cristã e continuando com a formação bíblico-teológica e com as diversas formações específicas. Também é fato que, por se tratar de um processo contínuo de aprofundamento da fé e da realidade, de modo mutuamente implicado, a formação requer atualização permanente segundo o que orientam as Diretrizes da Igreja, a pesquisa teológica e a pesquisa científica.

A formação de sujeitos eclesiais

215. Na Igreja, todos são sujeitos, sendo cada qual investido de missão específica, conforme os dons que recebe. Ser sujeito pode significar o exercício de um ministério ou serviço na Igreja e na sociedade, mas também a vivência da condição cristã nas formas de vida mais rotineiras e até mesmo institucionalmente invisíveis, seja do ponto de vista eclesial, seja do ponto de vista social e político. Ao exercer os papéis de mãe, de pai, de filho ou determinada profissão no mundo do trabalho, cada cristão exerce sua missão na medida em que orienta sua vida a partir da Pessoa de Jesus Cristo e do seu Reino. A Igreja deve estar atenta a esses cristãos escondidos que assumem serviços de grande valia para uma pequena comunidade, paróquia

ou diocese. Em todo e qualquer espaço, cada cristão é chamado a vivenciar seu Batismo com coerência e alegria e contribuir com sua semente evangélica, ainda que seja visivelmente pequena, para a construção do Reino de Deus.

216. Onde houver um cristão disposto a testemunhar e servir o Reino, aí a Igreja se faz presente de algum modo, mesmo sem sua organização visível. A pertença ao Corpo de Cristo tem dimensões e alcances que extrapolam nossos controles e previsões, o que faz de cada cristão um membro vivo do mesmo Corpo. O cristão é sujeito dentro da condição em que se encontra no mundo e aí se faz discípulo missionário (cf. EN, n. 21).

217. Na Igreja, cada qual é chamado a ser um sujeito eclesial ativo que, segundo sua capacidade, se coloca a serviço dos irmãos. Jovens, adultos e idosos, mulheres e homens, todos estão convocados para o serviço na vinha do Senhor (cf. ChL, Cap. IV). A comunidade eclesial tem a missão de formar sujeitos eclesiais adultos missionários, ou seja, conscientes e ativos, de forma que cada qual venha a contribuir com a educação dos demais, numa ação de aprendizagem mútua por todos os meios que sejam necessários.

218. A formação de sujeitos eclesiais – o que implica em amadurecimento contínuo da consciência, da liberdade e da capacidade de exercer o discipulado e a missão no mundo - deve ser um compromisso e uma paixão das comunidades eclesiais. Trata-se de aposta em uma Igreja participativa que supera as dicotomias. Isso habilita a Igreja a inserir-se de modo qualificado nas realidades urgentes de nossos dias, como Igreja “em saída”, e contribui com a formação de uma consciência eclesial crítica dos seus próprios limites.

219. Aparecida dedica especial atenção à temática da formação, ressaltando:

a. os aspectos do processo formativo: caminho longo que requer itinerários diversificados, respeite os processos individuais e comunitários e que sejam graduais (DAp, n. 281);

b. o acompanhamento do discípulo: na perspectiva do diálogo e da transformação social e atendendo a questões especificas (DAp, n. 182);

c. a espiritualidade: que transforme a vida de cada discípulo em resposta aos impulsos do Espírito (DAp, n. 284).

220. No mesmo documento, os bispos destacaram, também, que nas dioceses o projeto de formação deverá ser orgânico e envolver todas as forças vivas da Igreja particular, para que possam construir uma convergência das iniciativas, contando para tanto com uma equipe de formação convenientemente preparada (cf. DAp, n. 281).

221. A formação do leigo necessita com urgência de um projeto nacional que subsidie, a modo de orientações gerais, as várias práticas presentes nas dioceses e em muitas pastorais específicas e movimentos, considerando também o que já existe. Espera-se a construção dessas orientações gerais em tempo hábil, como uma forma de acolher o chamado à evangelização proposta como Missão Continental em Aparecida e, com renovado entusiasmo, à convocação da Exortação *Evangelii gaudium*.

222. No que se refere aos sujeitos eclesiais, dedicamos especial atenção à mulher e aos jovens, que são também sujeitos sociais cada vez mais emergentes na sociedade urbana. Devemos buscar os meios de interação com suas

expectativas e suas capacidades próprias de intervenção na sociedade e de atuação na Igreja.

a. O documento de Aparecida vê nos jovens um enorme potencial para o presente e o futuro da Igreja, mostrando-os sensíveis à experiência religiosa, principalmente à pessoa de Jesus de Nazaré. É possível vislumbrar isso nas Jornadas Mundiais da Juventude. Entretanto, exigem ações com metodologias especiais, que levem em conta a personalidade jovem, o desejo de ultrapassar as estruturas vigentes, de fazer e conquistar o novo. Tais metodologias passam, necessariamente, pelo diálogo, pelo ouvir e compreendê-los a partir de seu lugar etário.

b. A respeito da mulher, o documento de Aparecida afirma: "É urgente que todas as mulheres participem plenamente da vida eclesial, familiar, cultural, social e econômica, [...] Para isso, é necessário propiciar uma formação integral, de maneira que as mulheres possam cumprir sua missão na família e na sociedade" (DAp, n. 454; 456). De fato, já não se pode mais prescindir da presença da mulher em qualquer âmbito ou estrutura. Se, ao longo dos séculos, a sociedade foi comandada pelo masculino, com suas características, hoje se percebe e busca-se valorizar a construção do humano com a presença marcante do feminino. Afinal, o humano compreende ambos os gêneros, e a ausência ou o superdimensionamento de um deles gera deformidades. No que diz respeito à vida eclesial, "nos nossos dias, as mulheres tomam cada vez mais parte ativa em toda a vida da sociedade, reveste-se de grande importância sua mais larga participação

nos vários campos do apostolado da Igreja" (AA, n. 9). O Documento de Aparecida parte da constatação de que, normalmente, elas constituem a maioria de nossas comunidades, como membros de nossas pastorais (cf. DAp, n. 455). A mulher assume os mais diversos papéis na Igreja, não só na execução de tarefas, mas principalmente nas instâncias de decisão, em nível diocesano e paroquial.

Fundamentos da formação

223. Muito significativa é a imagem que João Paulo II usa para a necessária formação dos cristãos leigos e leigas. São eles chamados a ser videiras que frutificam continuamente, ou seja, chamados a "crescer, amadurecer continuamente, dar cada vez mais fruto" (ChL, n. 57). A formação é uma obrigação eclesial necessária para que os leigos e leigas assumam plenamente a sua responsabilidade de sujeitos eclesiais, com maturidade e competência. O fundamento último do direito à formação reside na condição de cada cristão como membro da Igreja e no chamado que cada qual recebe de Deus para crescer como ungido pelo Espírito.

224. A formação tem também um profundo sentido espiritual. Cada seguidor de Jesus está inserido em um processo de identificação contínua com seu mestre. Nessa caminhada busca por todos os meios – espirituais, intelectuais e práticos – as razões dessa identificação, assim como o discernimento dos caminhos mais coerentes para essa tarefa, que faz do sujeito eclesial um peregrino na busca do Reino, que é a comunhão plena com Deus.

225. A formação é uma exigência de nossa condição humana. Todos convivemos com as nossas limitações. Isto exige de

todo povo de Deus, e de cada um em particular, a busca permanente da compreensão e da vivência da nossa fé. "A Igreja, que é discípula missionária, tem necessidade de crescer na sua interpretação da Palavra revelada e na sua compreensão da verdade" (EG, n. 40), alerta o Papa Francisco. Por essa razão, temos que aprofundar, em cada contexto, os meios mais adequados de compreensão e comunicação da mensagem do Evangelho, recorrendo para tanto à teologia e às diversas ciências. As mudanças rápidas e profundas pelas quais passam a sociedade e a própria Igreja exigem cuidado especial para que uma formação adequada permita que a mensagem se torne compreensível e promova o desejo de seguir o projeto de Jesus Cristo.

226. A Igreja não pode ser entendida como uma instituição na qual alguns sabem e outros não e, por essa razão, alguns decidem e outros obedecem, alguns são sujeitos e outros objetos. A comunidade eclesial é responsável pela formação. No entanto, aqueles que, no Povo de Deus, ocupam funções de direção: os bispos, os presbíteros e as lideranças leigas de um modo geral, pela missão da qual são investidos, são os primeiros responsáveis do processo formativo.

Princípios e direções

227. A dimensão formativa perpassa todas as atividades eclesiais e exige de todos os membros uma atualização permanente sobre os conteúdos da fé, bem como o respeito do que desafia a compreensão e vivência da fé em cada tempo e lugar. A formação, entendida como educação permanente da fé, possui um aspecto espontâneo que acontece na vivência prática da própria fé. A formação possui também um aspecto sistemático e formal como atividade planejada e executada pela e na comunidade eclesial. Isto se refere a

todas as modalidades de formação oferecidas em cursos regulares: formação básica oferecida a todos os sujeitos em suas respectivas comunidades, bem como formação específica relacionada a cada função e a cada grupo eclesial.

228. A formação, como mediação imprescindível para a vivência madura da fé, deve contribuir para que os cristãos leigos e leigas vivam o seguimento de Jesus Cristo e deem uma resposta do que significa ser cristão hoje, no Brasil e no mundo, situando-os como cristãos, no lugar e na época em que vivem. Para pensar a formação, devemos fazê-lo a partir dos sinais dos tempos, do nosso continente pobre e de tradição cristã.

229. Consideram-se como princípios norteadores da formação: a relação Igreja-mundo-Reino, a dimensão comunitária e a comunhão, a opção pelos pobres, o respeito às questões de gênero, a relação teoria e prática, a inculturação, a pedagogia libertadora e de participação, a progressividade e avaliação permanente. Tendo como pano de fundo os Documentos do Magistério da Igreja, a formação deve ser:

a. integral, para responder aos aspectos da fé, da razão, da emoção e da espiritualidade;

b. fundamentada na Palavra de Deus, mistagógica e relacionada com a catequese, liturgia e vida, favorecendo a conversão pessoal e pastoral;

c. missionária e inculturada, a fim de que os cristãos leigos já conscientes de sua vocação e missão possam ir ao encontro dos demais em suas realidades;

d. articuladora, de modo a superar, nos conteúdos e nos métodos, as dicotomias fé e vida, Igreja e mundo, clero e leigo;

e. prática, de forma tal que o leigo e a leiga se insiram na realidade da sociedade, a seu modo e com sua disponibilidade, como agentes de testemunho e de transformação;

f. dialogante, contribuindo com a relação sempre mais madura, respeitosa e dialógica entre os sujeitos eclesiais envolvidos no processo e superando isolamentos e autoritarismos eclesiais e sociais;

g. específica, de modo que atenda às necessidades dos sujeitos eclesiais envolvidos em situações e frentes próprias de cada ação pastoral na Igreja e na sociedade;

h. permanente e atualizada, capaz de acompanhar o desenvolvimento dos conteúdos referentes à fé e responder com prontidão aos desafios advindos da realidade global e local, levando sempre em conta as orientações da Doutrina Social da Igreja;

i. planejada, organizada a partir de projetos tecnicamente elaborados que sejam capazes de responder ao proposto nos itens anteriores.

5. Alguns indicativos de ações pastorais

230. No decorrer deste documento, foram apresentadas várias consequências práticas. Neste tópico, queremos retomar indicativos e propor encaminhamentos.

231. Conscientizar os cristãos leigos e leigas quanto à sua identidade, vocação, espiritualidade e missão, incentivando-os a assumir seu compromisso batismal no dia a dia, como testemunhas do Evangelho nas realidades do mundo.

232. Convocar os cristãos leigos e leigas, como membros efetivos da Igreja, a participar consciente, ativa e frutuosamente dos processos de planejamento, decisão e execução da vida eclesial e da ação pastoral por meio das assembleias paroquiais, diocesanas, regionais e nacionais, e dos conselhos pastorais, econômico-administrativos, missionários e outros.

233. Efetivar um processo de participação, dos vários sujeitos eclesiais, especialmente dos cristãos leigos e leigas no âmbito nacional, contribuindo para a consciência e o testemunho de comunhão como Igreja, tornando regulares as Assembleias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus - ANOPD, que vêm sendo realizadas desde 1991. (Os organismos de comunhão são CNBB, CRB, CNP, CND, CNIS e CNLB).

234. Abrir espaços de participação onde a presença feminina, com sua sensibilidade, cuidado, intuição e outras capacidades peculiares, enriqueça a comunidade eclesial nos seus processos decisórios.

235. Incentivar e acompanhar a presença e a ação dos cristãos leigos e leigas na participação social: semanas sociais, grito dos excluídos, conselhos paritários de direitos e de politicas públicas, sindicatos, processos políticos e outros.

236. Aprofundar a questão dos ministérios leigos, estimulando a criação de novos. É importante lembrar que os ministérios e serviços não podem desconectar o cristão leigo da realidade e dos desafios da sociedade nem clericalizá-los. O serviço da caridade, em suas diversas dimensões, no âmbito da Igreja e da sociedade, comporta ministérios e serviços que levam as pessoas à experiência da Igreja missionária e samaritana.

237. A Formação integral é fundamental para que os leigos e leigas cresçam na fé e no testemunho nas diferentes realidades; sejam fermento dos valores evangélicos na sociedade e, como pessoas novas (cf. Ef 4,24), contribuam significativamente, neste momento de mudança de época, para o novo que está surgindo. Para isto, é indispensável um projeto diocesano de formação que contemple:

a. objetivos, diretrizes, prioridades, atividades, lugares e meios, articulando-os com o plano de pastoral;

b. formação básica de todos os membros da comunidade; específica, conforme os vários campos de missão, especialmente os que atuam na sociedade e formação de formadores;

c. aprimoramento bíblico-teológico dos leigos e leigas para que possam contribuir com a investigação e o ensino, desde sua condição específica;

d. presença de leigos e leigas, como membros da coordenação, na execução do projeto;

e. diálogo com as diferentes formas organizativas dos leigos presentes nas dioceses sobre o seu processo formativo.

238. O mundo da política. Sendo a missão do leigo direcionada de modo especial para a participação na construção da sociedade na condição de sujeitos do Reino, três elementos são fundamentais: formação, espiritualidade e acompanhamento. Para isto, é urgente que as dioceses busquem:

a. estimular e apoiar a participação dos leigos e leigas na política. Há necessidade de romper o preconceito comum de que a política é coisa suja, e conscientizar

os leigos e as leigas de que ela é essencial para a transformação da sociedade;

b. impulsionar os cristãos a construírem mecanismos de participação popular que contribuam com a democratização do Estado e com o fortalecimento do controle social e da gestão participativa (cf. CNBB, 91, n. 46ss);

c. incentivar e preparar os cristãos leigos a participarem de partidos políticos e serem candidatos para o executivo e o legislativo, contribuindo, deste modo, para a transformação social;

d. mostrar, à população e aos membros das nossas comunidades, que há outras maneiras de tomar parte na política: no judiciário, nos Conselhos Paritários de Políticas Públicas, nos movimentos sociais, nos conselhos de escola, na coleta de assinaturas para projetos de lei de iniciativa popular, nos comitês da Lei 9840/99 de combate à corrupção eleitoral e da Lei da ficha limpa, de 2010, e muitas outras formas;

e. incentivar a constituição de Cursos e/ou Escolas de Fé e Política ou Fé e Cidadania, ou com outras denominações, nas Dioceses e Regionais. Ao mesmo tempo, manifestamos nosso reconhecimento a várias iniciativas, como: Curso do Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Camara" – CEFEP; da Comissão Nacional de Fé e Política do CNLB; Cursos e Encontros promovidos por Movimentos Eclesiais, Pastorais de Fé e Política, Pastorais Sociais e da Juventude, das CEBs, do Movimento Nacional Fé e Política;

f. animar as Escolas locais de Fé e Política, e promover reuniões, encontros, momentos de espiritualidade e retiros com políticos;

g. acompanhar os cristãos que estão com mandatos políticos e que participam de Conselhos Paritários de Políticas Públicas, a fim de que vivam também aí a missão profética (cf. Mt 5,10).

239. Mundo do trabalho. A pessoa e o trabalho são elementos chaves no ensino social da Igreja. É um direito fundamental da pessoa humana. Diante dessa realidade, as Dioceses se esforcem para:

a. criar grupos de partilha e de reflexão para os diferentes profissionais, estimulando-os a serem discípulos missionários em sua atuação profissional;

b. animar e manifestar nossa solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras na conquista e preservação de seus direitos, em particular do trabalho;

c. incentivar os cristãos, das diferentes categorias profissionais, a participarem dos sindicatos e outras organizações;

d. acolher os trabalhadores e trabalhadoras em nossas comunidades eclesiais;

e. apoiar e participar de iniciativas de combate ao trabalho escravo no campo e na cidade.

240. Apoiar as ações realizadas em relação às famílias pelas comunidades, pela pastoral familiar, pelos movimentos familiares, para que elas possam formar seus membros, educando-os na fé e para que sejam defensores da vida. Que essas entidades estejam atentas às famílias mais vulneráveis e fragilizadas.

241. Criar e fortalecer as pastorais sociais, em espírito missionário, para responder às necessidades de cada realidade

de exclusão e sofrimento. Que elas se articulem entre si e com os movimentos sociais, atuando na democracia direta e participativa, por meio dos Conselhos de Cidadania, e na proposição de políticas públicas de inclusão social.

242. Fortalecer a consciência de pertença, de gratidão a Deus e de corresponsabilidade, para acontecerem a comunhão e a partilha necessárias à sustentação das atividades pastorais e sociais no serviço da evangelização.

243. Reconhecer a indispensável contribuição da mulher na evangelização e ampliar sua presença e participação na Igreja e na sociedade.

244. Buscar meios efetivos para garantir o protagonismo juvenil na Igreja e na sociedade, numa linha de continuidade com o esforço demonstrado na preparação e realização da Jornada Mundial da Juventude, atingindo o maior número possível de jovens no ambiente em que vivem.

245. Cuidar para que as pessoas idosas sejam atendidas pastoralmente e tenham espaço e condições de participar da vida da comunidade eclesial, contribuindo com sua experiência e sabedoria em todos os âmbitos da pastoral.

246. Incentivar os cristãos, particularmente os leigos e leigas, a que, inseridos numa sociedade pluralista do ponto de vista cultural e religioso, vivenciem e construam caminhos de diálogo ecumênico e inter-religioso, de cooperação com o diferente e com as diversas culturas.

247. Propostas de Encaminhamento:

a. envolver paróquias, dioceses, regionais e as diversas expressões laicais, organismos, pastorais e outras entidades na reflexão do presente Texto de Estudos,

enviando, no seu devido tempo, emendas, correções e/ou melhoria do texto;

b. celebrar o Dia Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas na solenidade de Cristo Rei. Estimular que no decorrer do mês de novembro de 2014 haja uma programação com momentos de reflexão, de espiritualidade e de gestos concretos envolvendo as comunidades, paróquias e todas as formas organizativas do laicato;

c. celebrar o dia 1º de maio – São José Operário – como valorização do trabalho e da competência profissional, denunciando tudo o que contradiz à dignidade da pessoa;

d. recuperar e divulgar o testemunho de leigos e leigas mártires e daqueles que viveram ou vivem seu compromisso batismal no cotidiano da vida e se tornaram ou são referências;

e. criar e/ou fortalecer os Conselhos Regionais e Diocesanos de Leigos;

f. fortalecer e ampliar o diálogo e trabalho junto às diferentes formas de expressão do laicato;

g. apoiar e acompanhar o VI Encontro Nacional do Laicato, organizado pelo CNLB, em junho de 2015, com a participação das diversas expressões laicais;

h. realizar o Ano do Laicato, iniciando na festa de Cristo Rei de 2015 e com término na festa de Cristo Rei de 2016.

REFERÊNCIAS

BENTO XVI. **Carta Encíclica *Caritas in Veritate*** sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. Brasília: Edições CNBB, 2009. Documentos Pontifícios – 3.

______. Mensagem à VI Assembleia Ordinária do Foro Internacional da Ação Católica em Iasi, Romênia, 10 de agosto de 2012. In: http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/pont-messages/2012/documents/hf_ben-xvi_mes_20120810_fiac_po.html. Acesso 11 de fevereiro de 2014.

CARVALHEIRA, Marcelo Dom. Momentos históricos e desdobramentos da Ação Católica Brasileira. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 43, fasc. 169, p. 10-28, mar. 1983.

______. Fundamentos Eclesiológicos da organização dos cristãos leigos – elementos para uma reflexão à luz da **Exortação *Christifideles Laici***. CNBB, **Comunicado Mensal CNBB**, outubro de 1989, p. 1580-1587.

III CONFERÊNCIA Geral do Episcopado Latino-Americano – **Conclusões de Puebla**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 217-224.

IV CONFERÊNCIA Geral do Episcopado Latino-Americano – **Santo Domingo Conclusões**. São Paulo: Loyola, 1992, p. 104-108.

V CONFERÊNCIA Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho. **Documento de Aparecida**. Texto conclusivo da V Conferência Gerald do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 2007.

CNBB. **Documento "Leigos".** XI Assembleia Geral da CNBB, de 16 a 27 de maio de 1970, p. 16 a 27, Centro de Documentação e Informação CNBB.

______. **Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil – 1975-1978**. São Paulo: Paulinas, 1975. Documentos da CNBB 04.

______. **Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil – 1983 – 1986**. São Paulo: Paulinas, 1983. Documentos da CNBB 28.

______. Igreja: **Comunhão e Missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura**. São Paulo: Paulinas, 1988. Documentos da CNBB 40.

______. **Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas**. 8ª ed. São Paulo: Paulinas, 2002. Documento 62.

______. **A Igreja particular, movimentos eclesiais e novas comunidades.** 1ª ed. Brasília: Edições CNBB, 2009. Subsídios Doutrinais 3.

_______. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 2011-2015**. 1ª ed. Brasília: Edições CNBB, 2011. Documento 94.

CNL. **Apresentação do tema LEIGOS na 23ª Assembleia Geral da CNBB**. Itaici – SP, 10 a 19 de abril de 1985, p. 1-4.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 2001.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. Constituições, Decretos, Declarações. **Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.** 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1968.

______. **Constituição Dogmática *Gaudium et Spes***. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1968.

______. **Decreto *Apostolicam Actuositatem***. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1968.

______. **Decreto *Ad Gentes***. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1968.

______. **Decreto *Unitatis Redintegratio*** sobre o Ecumenismo. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1968.

FRANCISCO, Papa. Encontro com a Coordenação do CELAM no Centro de Estudos do Sumaré. In: **Palavras do Papa Francisco no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 141-142.

______. Encontro com a classe dirigente do Brasil. In: **Palavras do Papa Francisco no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2013.

______. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*** sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Brasília: 1ª ed. Edições CNBB, 2013. Documentos Pontifícios 17.

JOÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica *Mater et Magistra*** sobre Evolução da Questão Social à Luz da Doutrina Cristã. São Paulo: Paulinas.

______. **Carta Encíclica *Pacem in Terris*** sobre a Paz de todos os povos na base da verdade, justiça e caridade e liberdade. São Paulo: Paulinas.

JOÃO PAULO II, Papa**. Carta Encíclica *Redemptor Hominis*** sobre o Redentor do Homem, Jesus Cristo. São Paulo: Paulinas, 1979.

______. **Carta Apostólica *Salvifici Doloris*** sobre o sentido cristão do sofrimento humano. São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. **Exortação Apostólica *Christifidelis Laici*** sobre a vocação e missão dos leigos na igreja e no mundo. São Paulo: Paulinas, 1989.

______. **Carta Encíclica *Ut Unum Sint*** sobre o empenho ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1995.

______. **Exortação Apostólica *Vita Consecrata*** sobre a Vida Consagrada e sua missão na Igreja e no mundo. São Paulo: Paulinas, 1996.

MOVIMENTO de Leigos – Documento 10. In: II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – **Conclusões de Medellín.** Petrópolis: Vozes, 1970, p. 115-119.

PAULO VI, Papa. **Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*** sobre a evangelização do mundo contemporâneo.10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1982.